



ANA SANI & LAURA M. NUNES

# CRIME & VITIMAÇÃO

POLÍCIA E ANÁLISE DE COMUNIDADES URBANAS

edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ANA SANI & LAURA M. NUNES

# **CRIME & VITIMAÇÃO**

**POLÍCIA E ANÁLISE DE COMUNIDADES URBANAS**

PORTO • 2013

#### FICHA TÉCNICA

---

TÍTULO **CRIME & VITIMAÇÃO - POLÍCIA E ANÁLISE DE COMUNIDADES URBANAS**

AUTORES **ANA SANI & LAURA M NUNES**

© 2013 - UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

EDIÇÃO **EDIÇÕES UNIV. FERNANDO PESSOA**

PRAÇA 9 DE ABRIL, 349 / 4249-004 PORTO

T. 22 507 1300 / F. 22 550 8269

EDICOES@UFPEDU.PT / WWW.UFPPT

COMPOSIÇÃO **GABINETE DE DESIGN DA**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

ISBN 978-989-643-110-5

#### CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

---

SANI, Ana , 1973 -

Crime e vitimação [Documento eletrónico] : polícia e análise de comunidades urbanas / Ana Sani, Laura M. Nunes. - eBook. - Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa, 2013

Policimento / Crime -- Vitimação

CDU 343.85

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ANA SANI & LAURA M. NUNES

# **CRIME & VITIMAÇÃO**

**POLÍCIA E ANÁLISE DE COMUNIDADES URBANAS**

edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

the 1990s, the number of people in the UK who are employed in the public sector has increased from 10.5 million to 12.5 million, and the number of people in the public sector who are employed in health care has increased from 2.5 million to 3.5 million (Department of Health 2000).

There are a number of reasons for the increase in the number of people employed in the public sector. One reason is that the public sector has become a more important part of the economy. Another reason is that the public sector has become a more attractive place to work. A third reason is that the public sector has become a more important part of the welfare state.

The increase in the number of people employed in the public sector has led to a number of changes in the way that the public sector is organized. One change is that the public sector has become more decentralized. Another change is that the public sector has become more market-oriented. A third change is that the public sector has become more customer-oriented.

The changes in the way that the public sector is organized have led to a number of challenges for the public sector. One challenge is that the public sector has become more complex. Another challenge is that the public sector has become more competitive. A third challenge is that the public sector has become more demanding.

The challenges that the public sector faces are a result of the changes in the way that the public sector is organized. The public sector must be able to meet these challenges in order to continue to provide the services that it is expected to provide.

One way that the public sector can meet these challenges is by increasing the number of people employed in the public sector. Another way is by increasing the efficiency of the public sector. A third way is by increasing the quality of the services that the public sector provides.

The public sector must be able to meet these challenges in order to continue to provide the services that it is expected to provide. The public sector must be able to meet these challenges in order to continue to provide the services that it is expected to provide.

The public sector must be able to meet these challenges in order to continue to provide the services that it is expected to provide. The public sector must be able to meet these challenges in order to continue to provide the services that it is expected to provide.

# Índice

009	<b>INTRODUÇÃO</b>
	<b>PARTE I. CRIMINALIDADE URBANA E CONTROLO SOCIAL</b>
013	<b>1.1. AS CIDADES E O CRIME</b>
015	<b>1.2. POLICIAMENTO URBANO – CONTEXTUALIZAÇÃO</b>
018	<b>1.3. A POLÍCIA MODERNA – EXIGÊNCIAS E DESAFIOS FUTUROS</b>
020	<b>1.4. POLÍCIAS MAIS ATENTAS – A NECESSIDADE DE AS ESCUTAR</b>
026	<b>1.5. COMUNIDADES MAIS SEGURAS E POLICIAMENTO</b>
028	<b>1.6. DA AVALIAÇÃO À PREVENÇÃO – A NECESSIDADE DE DIAGNOSTICAR</b>
030	<b>1.6.1. DIAGNÓSTICOS LOCAIS DE SEGURANÇA (DLS)</b>
031	<b>1.6.2. DLS – A RECOLHA DE INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO INQUÉRITO</b>
	<b>PARTE II. DIAGNÓSTICO LOCAL DE SEGURANÇA NUMA COMUNIDADE PORTUENSE</b>
047	<b>2.1. O ESTUDO - CONTEXTUALIZAÇÃO</b>
047	<b>2.2. PROCEDIMENTO</b>
047	<b>2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS</b>
052	<b>2.4. RESULTADOS</b>
052	<b>2.4.1. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA</b>
059	<b>2.4.2. VITIMAÇÃO</b>
077	<b>2.4.3. CONTROLO SOCIAL</b>
085	<b>2.4.4. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</b>
090	<b>2.5. ANÁLISE REFLEXIVA</b>
097	<b>CONCLUSÃO</b>
099	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>

# Índice de Quadros

048	<b>QUADRO 1. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO AO SEXO</b>
048	<b>QUADRO 2. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À IDADE POR INTERVALOS</b>
049	<b>QUADRO 3. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À NACIONALIDADE</b>
049	<b>QUADRO 4. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO AO ESTADO CIVIL</b>
050	<b>QUADRO 5. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À ESCOLARIDADE</b>
050	<b>QUADRO 6. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO AO TIPO DE HABITAÇÃO</b>
051	<b>QUADRO 7. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO À SITUAÇÃO OCUPACIONAL</b>
051	<b>QUADRO 8. DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIAS QUANTO A VIVEREM SÓS OU ACOMPANHADOS</b>
052	<b>QUADRO 9. PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA</b>
053	<b>QUADRO 10. FUNDAMENTOS PARA A PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA</b>
054	<b>QUADRO 11. PERCEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE</b>
054	<b>QUADRO 12. FUNDAMENTOS PARA A PERCEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE</b>

056	<b>QUADRO 13. PERCEÇÃO DOS CRIMES MAIS PRATICADOS</b>
057	<b>QUADRO 14. PERCEÇÃO DOS CRIMES MAIS TEMIDOS</b>
058	<b>QUADRO 15. CONDIÇÕES FAVORECEDORAS DO CRIME</b>
059	<b>QUADRO 16. INCIVILIDADES IDENTIFICADAS</b>
059	<b>QUADRO 17. VÍTIMAS DE CRIME NOS ÚLTIMOS 5 ANOS</b>
060	<b>QUADRO 18. TIPOLOGIA DE CRIMES PARA A VITIMAÇÃO</b>
061	<b>QUADRO 19. CONSEQUÊNCIAS DA VITIMAÇÃO</b>
062	<b>QUADRO 20. PERÍODO DO DIA DE OCORRÊNCIA DOS CRIMES</b>
062	<b>QUADRO 21. LOCAL DE OCORRÊNCIA DO CRIME</b>
063	<b>QUADRO 22. SITUAÇÃO DA VÍTIMA QUANTO A ESTAR SÓ OU ACOMPANHADA</b>
063	<b>QUADRO 23. RELAÇÃO OFENSOR - VÍTIMA</b>
064	<b>QUADRO 24. CONTACTO COM AS AUTORIDADES</b>
064	<b>QUADRO 25. MOTIVOS SUBJACENTES AO CONTACTO COM AS AUTORIDADES</b>
065	<b>QUADRO 26. FORMALIZAÇÃO DA QUEIXA</b>
066	<b>QUADRO 27. MOTIVOS SUBJACENTES À FORMALIZAÇÃO DA QUEIXA</b>
067	<b>QUADRO 28. PERCEÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES</b>
067	<b>QUADRO 29. GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES</b>
068	<b>QUADRO 30. MOTIVOS DE SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO COM AS MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES</b>
069	<b>QUADRO 31. VÍTIMAS DE CRIME NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
069	<b>QUADRO 32. TIPOLOGIA DE CRIMES PARA A VITIMAÇÃO (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
070	<b>QUADRO 33. CONSEQUÊNCIAS DA VITIMAÇÃO (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
071	<b>QUADRO 34. PERÍODO DO DIA DE OCORRÊNCIA DOS CRIMES (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
071	<b>QUADRO 35. LOCAL DE OCORRÊNCIA DO CRIME (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
072	<b>QUADRO 36. SITUAÇÃO DA VÍTIMA QUANTO A ESTAR SÓ OU ACOMPANHADA (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
072	<b>QUADRO 37. RELAÇÃO OFENSOR - VÍTIMA (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
073	<b>QUADRO 38. CONTACTO COM AS AUTORIDADES (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
074	<b>QUADRO 39. MOTIVOS SUBJACENTES AO CONTACTO COM AS AUTORIDADES (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
075	<b>QUADRO 40. FORMALIZAÇÃO DA QUEIXA (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
075	<b>QUADRO 41. PERCEÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
076	<b>QUADRO 42. GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
077	<b>QUADRO 43. MOTIVOS SUBJACENTES À (IN)SATISFAÇÃO COM AS MEDIDAS TOMADAS (ALGUÉM PRÓXIMO)</b>
078	<b>QUADRO 44. PERCEÇÃO DA AÇÃO DOS AGENTES DE AUTORIDADE</b>
078	<b>QUADRO 45. FUNDAMENTAÇÃO DA PERCEÇÃO DA AÇÃO DOS AGENTES DE AUTORIDADE</b>
079	<b>QUADRO 46. GRAU DE (IN)SATISFAÇÃO QUANTO À AÇÃO DOS AGENTES DE AUTORIDADE</b>
080	<b>QUADRO 47. FUNDAMENTAÇÃO (IN)SATISFAÇÃO QUANTO À AÇÃO DOS AGENTES DE AUTORIDADE</b>

---

081	<b>QUADRO 48. FREQUÊNCIA DO RECURSO AO APOIO DOS VIZINHOS</b>
082	<b>QUADRO 49. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO AO APOIO DOS VIZINHOS</b>
083	<b>QUADRO 50. FREQUÊNCIA DO RECURSO A ENTIDADES LOCAIS DE APOIO</b>
084	<b>QUADRO 51. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO AO APOIO DE ENTIDADES LOCAIS</b>
085	<b>QUADRO 52. TEMPO DE PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE</b>
086	<b>QUADRO 53. PERCEÇÃO DAS MUDANÇAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA</b>
087	<b>QUADRO 54. PERCEÇÃO DAS MUDANÇAS PARA AUMENTO DE SEGURANÇA</b>
087	<b>QUADRO 55. DISPOSIÇÃO PARA COLABORAR NO SENTIDO DA MAIOR SEGURANÇA</b>
088	<b>QUADRO 56. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPOSIÇÃO PARA COLABORAR NO SENTIDO DA MAIOR SEGURANÇA</b>
089	<b>QUADRO 57. SENTIMENTO DE PERTENÇA À COMUNIDADE</b>
089	<b>QUADRO 58. FUNDAMENTAÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENÇA À COMUNIDADE</b>

---

## Índice de Figuras

---

020	<b>FIGURA 1. INFORMAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
021	<b>FIGURA 2. INFORMAÇÃO RELATIVA À PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
022	<b>FIGURA 3. INFORMAÇÃO RELATIVA À PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA, QUANTO ÀS CONDIÇÕES EXISTENTES - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
023	<b>FIGURA 4. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS EXPERIÊNCIAS DE VITIMAÇÃO - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
024	<b>FIGURA 5. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS PERCEÇÕES SOBRE O CONTROLO SOCIAL - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
025	<b>FIGURA 6. INFORMAÇÃO RELATIVA AO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - INQUÉRITO / AGENTES DE POLÍCIA</b>
033	<b>FIGURA 7. INFORMAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS</b>
035	<b>FIGURA 8. INFORMAÇÃO RELATIVA À PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS</b>
036	<b>FIGURA 9. INFORMAÇÃO RELATIVA À PERCEÇÃO DE (IN)SEGURANÇA - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS, ATENDENDO ÀS CONDIÇÕES E INCIVILIDADES</b>
037	<b>FIGURA 10. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS EXPERIÊNCIAS DE VITIMAÇÃO - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS</b>
040	<b>FIGURA 11. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS PERCEÇÕES SOBRE O CONTROLO SOCIAL - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS</b>
042	<b>FIGURA 12. INFORMAÇÃO RELATIVA AO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - INQUÉRITO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DLS</b>

---



## Introdução

As sociedades democráticas parecem constituir um dos mais difíceis ambientes para o desenvolvimento do trabalho das polícias e, dadas as dificuldades que se colocam atualmente, impõe-se a necessidade de repensar as abordagens de policiamento, bem como a forma de envolver as pessoas que fazem parte integrante das sociedades contemporâneas, sempre na perseguição de uma maior eficácia (Burnett & Partner, 2011).

Para além da elevada complexidade das sociedades modernas, deve ainda considerar-se que, como bem refere Monet (2006), a própria polícia e o respetivo trabalho constituem um tema difícil. As dificuldades inerentes ao assunto passam, segundo o autor, pelo facto de se tratar de uma atividade fortemente institucionalizada, pelo que se tende a crer que a sua definição se prende com as finalidades da sua ação e com os objetivos que persegue, independentemente das pessoas que a constituem e que agilizam as suas intervenções.

Na verdade, é forçoso que se admita que a abordagem policial, ancorada numa perspetiva positivista e de caráter militarizado, é claramente insuficiente, não apresentando soluções para as questões atualmente relacionadas com a segurança. O grande desafio que se coloca às modernas democracias passa pela revisão da organização policial, pelas suas formas de atuação e pela própria redefinição do conceito de polícia, a qual deve deixar de estar voltada unicamente para a manutenção de uma ordem previamente determinada e sedimentada no poder dominante, para se voltar para a articulação com os cidadãos, num registo que lhes garanta medidas efetivas que salvaguardem os seus direitos fundamentais (Bengochea, Guimarães, Gomes & Abreu, 2004).

Não obstante as dificuldades em abordar o tema, a verdade é que, em diferentes experiências internacionais, se tem constatado a utilidade e a pertinência do papel desempenhado por investigadores da área das Ciências Sociais, sobretudo ao nível dos estudos sobre as diferentes comunidades, tendo em vista o repensar do policiamento e da imagem das polícias junto das populações (Direcção Geral da Administração Interna, 2009). Por esse motivo também, e a propósito de um estudo (Sani & Nunes, 2010) realizado na sequência de diversos contactos entre o Comando Metropolitano do Porto e a Universidade Fernando Pessoa, acabou por se tornar pertinente o desenvolvimento deste livro. Assim, este trabalho inicia-se com uma primeira parte, em que se procura apresentar uma breve contextualização teórica, logo seguida da apresentação de dois instrumentos de avaliação: um deles voltado para a análise das perceções dos agentes de polícia e outro, de caráter comunitário, que pretende captar dados conducentes à elaboração dos designados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS).

Posteriormente, e já na segunda parte, passa-se à exposição dos aspetos que pautaram o desenvolvimento de um estudo que proporcionou o retrato de uma comunidade urbana problemática da cidade do Porto, através da elaboração do respetivo DLS.

the 1990s, the number of people who are employed in the service sector has increased in all countries. The increase is most pronounced in the United States, where the service sector has become the dominant sector of the economy. In the Netherlands, the service sector has also become the dominant sector, but the increase is less pronounced than in the United States.

The increase in the service sector is due to a number of factors. One of the main factors is the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

The increase in the service sector is also due to the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector. This is due to a number of factors, including the increase in the number of people who are employed in the service sector.

PARTE 1

**CRIMINALIDADE URBANA  
E CONTROLO SOCIAL**

the 1990s, the number of people in the UK who are employed in the public sector has increased from 10.5 million to 12.5 million, and the number of people in the private sector has increased from 18.5 million to 20.5 million. The number of people in the public sector has increased by 19% and the number of people in the private sector has increased by 11%.

There are a number of reasons why the number of people in the public sector has increased. One reason is that the public sector has become more important in the economy. Another reason is that the public sector has become more efficient. A third reason is that the public sector has become more attractive to people. A fourth reason is that the public sector has become more competitive.

The number of people in the public sector has increased because the public sector has become more important in the economy. The public sector has become more important because it provides a number of services that are essential for the economy. These services include education, health care, and social security.

The public sector has become more efficient because it has adopted a number of new technologies. These technologies include computers, the internet, and mobile phones. The public sector has also become more efficient because it has adopted a number of new management practices. These practices include performance management, quality management, and customer service.

The public sector has become more attractive to people because it offers a number of benefits. These benefits include a secure job, a good pension, and a good work-life balance. The public sector has also become more attractive to people because it offers a number of opportunities for career advancement.

The public sector has become more competitive because it has had to compete with the private sector for a number of years. The private sector has become more competitive because it has adopted a number of new technologies and management practices. The private sector has also become more competitive because it has had to compete with the public sector for a number of years.

The number of people in the public sector has increased because the public sector has become more important in the economy, more efficient, more attractive to people, and more competitive. The number of people in the private sector has increased because the private sector has become more important in the economy, more efficient, more attractive to people, and more competitive.

The number of people in the public sector has increased because the public sector has become more important in the economy, more efficient, more attractive to people, and more competitive. The number of people in the private sector has increased because the private sector has become more important in the economy, more efficient, more attractive to people, and more competitive.

## 1.1. As Cidades e o Crime

Embora a segregação tenha sido algo sempre presente nas cidades, a verdade é que os mecanismos e as normas que produzem os fenómenos de segregação foram mudando ao longo do tempo. Indubitavelmente, tais mecanismos e normas variam de cidade para cidade (e até mesmo em diferentes áreas citadinas), o que confere uma elevada especificidade a cada grande urbe. Não obstante, há possibilidade de identificação de algumas das características mais presentes nas cidades contemporâneas, sendo possível reconhecer certos padrões de organização, estruturação e distribuição de espaços, que promovem o melhor conhecimento de reportórios e de mecanismos particulares do funcionamento urbano (Caldeira, 2003).

Efetivamente, pensar a cidade atual conduz (ou deveria conduzir) a uma imediata análise reflexiva sobre a criminalidade. Muito embora a ideia de cidade tenha sido ancorada na proteção, a verdade é que os espaços urbanos se converteram em lugares fragmentados, perigosos e em que a estrutura física e as dinâmicas sociais, estando em permanente mudança, contribuem para que se gerem assimetrias e se produza a segregação. As modernas cidades encerram diferentes territórios, muitas vezes sobrepostos num registo de interpenetração que, no entanto, não se encontram integrados, podendo mesmo dizer-se que se encontram diferentes especificidades que fragilizam a cidadania e potenciam o crime (Gomes, 2005).

Ora, o conceito de cidadania remete genericamente para a participação ativa na vida da comunidade de inserção de cada indivíduo. Trata-se de uma ideia que se revela estruturante e fundamental para o desenvolvimento de ações de segurança. Não obstante, em Portugal, parece verificar-se a existência de uma barreira entre o quadro legal e as práticas sociais. Essa barreira tende a traduzir-se numa clara desconfiança das populações face às instituições, a par de um generalizado sentimento de inutilidade em apelar às instâncias de controlo social formal, e de uma sensação de incapacidade (senão mesmo de inutilidade) por parte do cidadão, em fazer valer os seus direitos (Silva, 2010).

É de salientar que o fenómeno do crime nas cidades não é uma preocupação recente. Há muito que se sente a necessidade de estudar a criminalidade urbana. Exemplos disso são algumas das abordagens desenvolvidas no contexto da Escola de Chicago em inícios do século XX (Nunes, 2010). Aspetos como a densidade populacional (Sani & Matos, 1998), as assimetrias económicas, culturais e educacionais, o desemprego (Berger, Free Jr. & Searles, 2001), fortemente associado a drásticas transformações estruturais económicas e estreitamente ligado a fenómenos de segregação (Sampson & Wilson, 1995) têm sido recorrentemente apontados como elementos que, certamente, estarão implicados nas taxas de criminalidade presentes nas modernas cidades.

Por outro lado, e ombreado com o crescimento abrupto dos modernos centros citadinos, encontra-se o fenómeno da globalização que, segundo alguns (Pica, 2003), proporcionou novas oportunidades e melhores condições de vida mas, convém salientar, também abriu portas a elementos catalisadores da expansão de atividades

ilegais que, surgindo em novas configurações, colocam novos desafios aos atuais Estados e, inevitavelmente, às modernas forças policiais. A vida da cidade apresenta inúmeras relações com os crimes que no seu sio ocorrem. Vejam-se, por exemplo, os movimentos em direção a áreas mais afastadas dos centros urbanos, nomeadamente para os subúrbios, por parte das classes sociais médias e elevadas. A esse respeito, Jargowsky e Park (2008) referem que essa fuga para regiões mais afastadas dos centros citadinos pode atribuir-se ao desejo de afastamento do crime que ocorre dentro das cidades e, por outro lado, os autores alegam que essa deslocação para os subúrbios contribui para o maior isolamento das classes mais desfavorecidas nos centros urbanos estruturados em bairros e *ghettos*.

Investigadores da área da Sociologia e da Criminologia têm vindo a argumentar a respeito da associação entre a criminalidade e a concentração de pobreza (Jargowsky & Park, 2008). Aliás, podem referir-se diversos autores, como Merton, Cloward e Ohlin, Cohen e outros que, desde inícios do século passado, apontam para o desfavorecimento social e económico como elemento associado à prática criminosa. Por outro lado, também desde há muito, autores de que são exemplo Park e McKenzie têm feito associações entre o crime, as cidades e as respetivas estrutura e organização. Efetivamente, e de acordo Jargowsky e Park (2008), diversas perspetivas, como a das atividades rotineiras, referem que a deterioração social em áreas de elevada pobreza enfraquece a capacidade de vigilância e, portanto, de controlo do crime. Segundo Goff e Geiss (2011), que se têm dedicado incansavelmente ao estudo da Sociologia de Sutherland, as taxas de criminalidade em áreas urbanas deterioradas é mais elevada do que em zonas mais afastadas dos centros citadinos de comércio e de negócios.

Por outro lado, vive-se uma época em que as assimetrias sociais e económicas, particularmente sentidas nos grandes centros urbanos, são também aumentadas pelas questões relacionadas com o mercado de trabalho, havendo elevadas taxas de desemprego em muitos Estados europeus. Ora, segundo Bushway (2011), várias investigações têm apresentado consistentemente uma relação significativa, embora fraca, entre o emprego e o crime. Assim sendo, e por uma multiplicidade de elementos que afetam os comportamentos das pessoas, parece inegável que determinadas zonas, designadamente nas grandes cidades, apresentarão maior tendência para a ocorrência de crime. No entanto, é necessário ter em atenção que as situações de vitimação não são forçosamente mais elevadas em todas as áreas das cidades, sendo também muito significativas em determinadas zonas rurais. É o que afirma Sampson (1983), que acrescenta ser evidente que a densidade populacional apenas estará ligada à vitimação, em função do tipo de população, das interações aí existentes e das características e extensão da urbanização.

Portanto, pode depreender-se que a prática criminosa e a vitimação daí resultante integram um fenómeno que se prende com vários aspetos em permanente interação. Designadamente nas cidades atuais verifica-se a existência de elementos associados

mas que, evidentemente, se cruzam com uma multiplicidade de variáveis implicadas no problema.

## 1.2. Policiamento Urbano. Contextualização

Se considerarmos o termo “polícia” verificamos que, à semelhança do que se passa com a palavra “política”, o mesmo remete para a cidade ou *polis*, enquanto entidade distinta, que importa gerir tendo em conta a ordem pública, a moralidade, a salubridade e o abastecimento. De facto, os próprios romanos “tomam de empréstimo” o termo *politeia* (*res publica*) e passam a usar a designação de *politia*, derivada de *polis* (Monet, 2006). Assim, pode facilmente adivinhar-se que a vida da cidade e a polícia estão de mãos dadas desde há muito e, logicamente, terão sofrido drásticas alterações ao longo do tempo.

Na verdade, a tarefa de manter a ordem fazendo cumprir a lei nunca se revelou fácil e, com as mudanças que se têm feito sentir nas últimas décadas, o desafio tem vindo a tornar-se cada vez mais exigente. Evidentemente, e como facilmente se adivinha, os processos de combate ao crime e à violência, acompanhados de diferentes medidas de prevenção e de minimização de riscos para as potenciais vítimas, são tão antigos que se perdem na própria história evolutiva dos homens (Zouain, 2006). Contudo, por motivos óbvios, apenas serão aqui explorados alguns períodos dessa história. Se é certo que, como foi referido na introdução deste livro, as Ciências Sociais têm vindo a desenvolver um papel de central importância no repensar das formas de actuação das polícias, nomeadamente, em termos comunitários, não é menos verdadeiro que as primeiras publicações a respeito da polícia e da sua história se tenham desenvolvido sem o recurso a quaisquer modelos daquelas ciências (Lane, 2003).

É de salientar que o agente policial que percorre as ruas das cidades, enquanto representante de uma instituição, a polícia, é familiar aos cidadãos das modernas sociedades, que o reconhecem claramente, muito embora haja uma série de confusões a respeito dessa figura e da instituição a que pertence. Por exemplo, há uma marcada diferença entre policiamento, enquanto processo, e polícia enquanto organização. O policiamento traduz-se no processo através do qual se previne e deteta o crime, procurando-se a manutenção da ordem. Trata-se de uma atividade que envolve um grande número de indivíduos e de organismos e a extensão e os limites de ambos, policiamento e polícia, variam nos diversos países (Mawby, 2011). A polícia enquanto instituição é a organização que detém a responsabilidade por uma série de serviços que não apenas os ligados ao crime, cabendo-lhe a tarefa principal de manter a ordem instituída (Mawby, 2000).

Ora, como facilmente se perceberá, este modelo de manutenção da ordem nem sempre funcionou através da atuação de uma instituição organizada como a atual po-

lícia. Por muito tempo, as respostas dadas a comportamentos violadores das normas e dos direitos dos outros provinham essencialmente da vítima e das comunidades, verificando-se a frequente “disputa de sangue”, que envolvia a vítima e os membros da sua comunidade de pertença, e em que a intervenção do Estado era relativamente limitada. Por volta do século XIII alguns dos habitantes de diversos lugares e cidades organizavam-se e procediam ao patrulhamento das ruas, providenciando, por exemplo, a prisão de indivíduos embriagados e de prostitutas. As mudanças que se foram operando, nomeadamente em Inglaterra, acabariam por levar a que se criassem grupos de vigilantes mais estruturados com poder para retirar das ruas aqueles que por elas deambulassem de forma suspeita (Rawlings, 2011).

De acordo com vários registos, nos Estados Unidos da América, já no século XIX, as ambições dos governos locais eram elevadas mas, na verdade, o seu poder era muito limitado, pelo que a aplicação da lei era essencialmente garantida pelas próprias comunidades, quando não pelo próprio indivíduo que tivesse sido vítima de crime. Em cada cidade combinavam-se os serviços dos famosos xerifes e delegados, com os dos designados vigias ou vigilantes e, também, com os daqueles que se reuniam para fazer rondas noturnas (Lane, 2003). Já com o arranque do século XX, embora algumas das modalidades de ação e de certas funções anteriores se tenham mantido, começou a verificar-se um movimento de mudanças ao nível da organização policial, mudanças essas decorrentes das necessidades impostas pelo avanço tecnológico e pelas demandas sociais da época (Reiss, 2003).

Tais alterações em termos das ações policiais, bem como da estruturação/organização daquelas instituições, fizeram-se sentir como urgentes, sobretudo a partir das abruptas mudanças decorrentes da revolução industrial. Essa feroz industrialização, a par dos movimentos migratórios verificados entre os muitos que procuravam melhores condições de vida nas grandes urbes, gerou condições em que homens, mulheres e até crianças trabalhavam em indústrias sem quaisquer condições e segurança. A frenética corrida para os grandes centros urbanos, por seu turno, rapidamente se converteu na desilusão e na miséria dos que haviam pensado numa vida melhor. Assim, estavam criadas as condições favorecedoras do crime e da insegurança (Fischer & Green, 2004). Aliás, tal como hoje, e como já foi referido na introdução, pode observar-se a possível associação entre a criminalidade e as condições de vida, como o desemprego e outros fenómenos sociais que assolam as cidades contemporâneas (Lemos, Filho & Jorge, 2005).

Ora, à semelhança do que se passou nos Estados Unidos, também a Europa se viu a braços com as marcas sociais e económicas típicas da passagem para o século XX, sentindo-se a necessidade de procurar novas soluções para um controlo social mais efetivo e adaptado às novas exigências. Foi precisamente no contexto das grandes mudanças dos séculos XIX e XX, mais especificamente em 1822 que, de acordo com Fischer e Green (2004), Sir Peel avançou com uma ideia nova de polícia, tranquiliza-

dora e conhecedora dos problemas existentes nas ruas da cidade, neste caso, de Londres. Peel apresentou uma reforma de reorganização da polícia londrina, apontando a necessidade do envolvimento e da co-responsabilização das comunidades pela sua própria segurança.

Os princípios sobre os quais Peel desenvolveu essa reforma consistiam nos seguintes (Miller, Hess & Orthmann, 2011): o dever da polícia é prevenir o crime e as desordens; o seu poder depende da aprovação pública e das suas habilidades para conquistar e manter o respeito das populações; a aprovação e o respeito públicos são também um meio para alcançar os objetivos de manutenção e de observância das leis; esse respeito é obtido, não pela dependência da opinião pública, mas pelas constantes demonstrações de um absoluto e imparcial serviço prestado em favor da lei; a postura da polícia deve transmitir claramente que “a polícia é a população e a população é a polícia”; o grande teste de eficácia das forças policiais é a ausência de crime, e não a visibilidade das ações para resolver essas questões.

Na verdade, terão sido essas as raízes para o posterior repensar da polícia e da sua forma de atuar e, segundo Skolnick e Bayley (2006), terá sido Woods, entre 1914 e 1919, o primeiro a pôr em prática muitas das medidas que hoje caracterizam um policiamento comunitário e que, na altura, correspondiam a uma filosofia de segurança inovadora e que foi muito apreciada. Já naquele tempo, a ideia de Woods seria a de incentivar, entre os agentes policiais, uma percepção da importância social, da dignidade e do valor subjacentes ao seu próprio trabalho. Impunha-se, então, que os próprios agentes de polícia percebessem a tarefa de que eram incumbidos como algo que deveria pautar-se pelo mérito, pela dedicação e pela dignidade.

No entanto, novas e drásticas mudanças estariam reservadas, nomeadamente com a experiência das duas Grandes Guerras. Por isso, novos esforços adaptativos viriam a ser exigidos àqueles que assumiam a responsabilidade de manter a ordem nas ruas das cidades. Efetivamente, após a II Guerra Mundial e de acordo com Brodeur (2003), iniciou-se uma tendência reformista das polícias anglo-saxónicas que, entretanto, se converteu num movimento global. Essa reforma sedimentou-se, também, através da introdução da ideia de comunidade que, rapidamente, se traduziu no centro de vários outros movimentos reformistas. Nas décadas seguintes, ainda segundo Brodeur (2003), diversos estudos foram revelando o que poderia ser vantajoso ou desvantajoso para uma polícia que se queria próxima das comunidades e mais eficaz. Várias pesquisas revelaram, por exemplo, as desvantagens de um policiamento unicamente motorizado, preconizando a utilidade de patrulhas a pé. Foram ainda evidenciadas as vantagens de intervenção policial mais rápida, bem como de novas modalidades de questionamento dos suspeitos.

Na sequência dessas necessidades de mudança, desenvolveu-se um modelo assente na ideia de comunidade, o “Community-Oriented Policing”/”Problem-Oriented Policing” (COP-POP), guiado por uma nova filosofia que sugeria uma espécie de “part-

nership” entre as comunidades e a polícia (Normandeau, 2002). No entanto, entre as décadas de 60 e de 80 do século passado, a maioria dos programas COP-POP, entretanto implementados em muitos países, acabou por revelar lacunas fracassando e impondo novas medidas e mais profundas reformas (Skolnick & Bayley, 2006).

Ainda pela década de 60 do século passado, surgiram várias iniciativas que, a nível internacional, procuraram travar o crescendo de violência que se fazia sentir, começando a ser redesenhada uma nova modalidade de policiamento mais atento às necessidades dos diferentes atores sociais. Essa inovadora vertente de funcionamento policial estava perspetivada na ideia de que o cidadão, estando exposto ao risco, deveria ser alvo de um olhar de respeito e de integração, anunciando-se a consolidação do que viria a ser o policiamento comunitário (Zouain, 2006). Estavam então lançadas as bases para a criação da polícia moderna que, como se percebe facilmente, tem pela frente desafios aos quais não é fácil dar respostas.

### **1.3. A Polícia Moderna. Exigências e Desafios Futuros**

Quando Newburn (2008) questiona sobre o que estará reservado ao futuro policiamento, acaba por referir que se trata de uma questão fácil de colocar mas, no entanto, impossível de responder. O autor afirma que, mais do que procurar averiguar a respeito das mudanças que se verificarão nas polícias, importa indagar sobre as alterações sociais que, indubitavelmente, conduzirão ou exigirão drásticas mudanças nas modalidades e organizações de polícia.

Como facilmente se percebe, foi também a partir das mudanças sociais decorrentes da revolução industrial, já anteriormente referidas, que se deu início à emergência do que se considera como policiamento moderno. De acordo com Villiers (2009), foi essa a época, entre 1760 e 1830, em que terá nascido a polícia moderna, face às múltiplas e drásticas mudanças que se operaram nessa altura, em que se colocavam novos desafios perante a crescente urbanização.

Note-se que os objetivos do processo de policiamento nas modernas democracias estão apoiados no papel da lei e da salvaguarda dos direitos humanos. Ora, na persecução de tais metas, a polícia tem de se confrontar e de se adequar constantemente a uma série de manobras administrativas, quer ao nível do Estado, quer no plano público, que lhe permitam ir ao encontro dos envolventes social, político, económico, demográfico e tecnológico (Legrand & Bronitt, 2012).

Atualmente, as mudanças processam-se rapidamente e as medidas tomadas em favor da ordem e da segurança começam a apresentar lacunas que decorrem de fenómenos, como o fosso entre os mais pobres e os mais abastados; os aspetos que, nas sociedades contemporâneas, se mantêm em níveis de exigência desproporciona-

damente elevados; as tendências demográficas e os movimentos populacionais que começam a aumentar as pressões sobre a atual ordem social (Newburn, 2008).

Outros aspetos da forma de viver das sociedades atuais vão sendo destacados como estando associados a problemas graves que se poderão refletir nas exigências colocadas aos meios de controlo social formal. Designadamente, vários autores se têm referido às perigosas e moralmente questionáveis condições sociais que, presentemente, se encontram por exemplo nos Estados Unidos da América. Tais estudiosos apontam para um hedonismo acompanhado de exagerado egoísmo, em que é clara a falta de qualquer pudor ou sentimento de piedade. Tais autores descrevem um claro declínio em termos morais, que se reflete no uso de uma linguagem “obscena” e num trajar peculiar acompanhado da ornamentação do corpo, num registo de focalização nas aparências, em que se constata a promiscuidade sexual, a vulgaridade e a prática de incivilidades (Delattre, 2011).

Estas e outras mudanças têm-se refletido nas novas demandas que se colocam em termos de ordem e de segurança, pelo que, naturalmente, afetam o funcionamento e a organização das polícias. Assim, pode afirmar-se que muitas alterações se têm verificado nas formas de policiamento e até nas forças que assumem a manutenção da segurança. De acordo com Jones e Newman (2002), os diversos sistemas policiais das sociedades industriais têm sofrido drásticas e profundas mudanças a vários níveis, a que acresce a cada vez mais forte expansão de empresas privadas de segurança.

Em Portugal se têm verificado várias transformações. O que se questiona é se tais mudanças serão suficientes para um crescente grau de exigência que se vai colocando às novas gerações de agentes de autoridade. De acordo com a opinião de alguns (Durrão, 2011), a tradição de policiamento em Portugal está ainda fortemente vinculada às próprias instituições, pelo que há necessidade de que haja um registo mais ambicioso e efetivo, para que o policiamento de proximidade, por exemplo, seja mais seriamente percebido pelas populações.

Precisamente por isso, parece pertinente capturar as perceções dos próprios efetivos de polícia a respeito das comunidades em que desenvolvem o seu trabalho, das situações pelas quais passam diariamente, designadamente, da exposição à vitimação, da ideia de envolver os cidadãos de forma mais aberta nas ações preventivas do crime, e até da ligação que os próprios agentes sentem relativamente à comunidade em que se inscreve o seu trabalho. Escutar o que as próprias polícias têm a dizer e atender à forma como percebem o trabalho desenvolvido e a atitude das populações, parece revelar-se tão importante quanto atender ao que o cidadão percebe em termos de segurança / insegurança.

## 1.4. Polícias mais Atentas. a Necessidade de as Escutar

Na sequência do que até aqui foi sendo referido, e atendendo ao imperativo de se perceber o que os agentes de polícia sentem e pensam a respeito das comunidades em que se movem diariamente, desenvolveu-se um questionário dirigido aos próprios policiais, que passa a ser apresentado (cf. Figura 1).

PARTE A: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS					
1.1. Sexo:					
Masculino.....	<input type="checkbox"/> 1	Feminino .....	<input type="checkbox"/> 2		
1.2. Idade: _____ anos					
1.3. Estado Civil:					
Solteiro(a).....	<input type="checkbox"/> 1	Divorciado(a) / Separado(a) ...	<input type="checkbox"/> 3	Outro .....	<input type="checkbox"/> 5
Casado(a) / União de Facto ....	<input type="checkbox"/> 2	Viúvo(a).....	<input type="checkbox"/> 4		
1.3.b Qual? _____					
1.4. Escolaridade:					
Primária	<input type="checkbox"/> 1	Unificado	<input type="checkbox"/> 3	Superior .....	<input type="checkbox"/> 5
(entre 1º e 4º anos) .....		(entre 7º e 9º anos) .....			
Preparatória	<input type="checkbox"/> 2	Secundária	<input type="checkbox"/> 4	Outro .....	<input type="checkbox"/> 6
(entre 5º e 6º anos) .....		(entre 10º e 12º anos) .....			
1.4.b Qual? _____					
1.5. Categoria Profissional:					
Agente .....	<input type="checkbox"/> 1	Chefe.....	<input type="checkbox"/> 3	Subcomissário .....	<input type="checkbox"/> 5
Agente Principal.....	<input type="checkbox"/> 2	Chefe Principal .....	<input type="checkbox"/> 4		

FIGURA 1. Informação sociodemográfica - Inquérito / Agentes de Polícia.

Após a recolha dos elementos referentes às características sociodemográficas, revelou-se importante obter informação relativa à perceção de segurança / insegurança, pelo que se passou ao questionamento a esse respeito numa segunda parte do instrumento (cf. Figuras 2 e 3).

## PARTE B: PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

2.1. Diga se considera segura a área onde exerce funções:

Sim .....  1 Não .....  2 Não sabe / Não responde .....  12  
Explique a resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.2. Diga se considera que a criminalidade tem aumentado:

Sim .....  1 Não .....  2 Não sabe / Não responde .....  12  
Explique a resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.3. Da lista seguinte, assinale os crimes que mais frequentemente ocorrem na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções):

- |  |                          |  |                          |  |                          |
|--|--------------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|
| a. Burla .....                               | <input type="checkbox"/> | g. Agressão física .....                                       | <input type="checkbox"/> | k. Danos a espaços / equipamentos públicos ..... | <input type="checkbox"/> |
| b. Furtos (ex: automóvel) .....              | <input type="checkbox"/> | h. Violência doméstica: contra / entre menores .....           | <input type="checkbox"/> | l. Crimes rodoviários .....                      | <input type="checkbox"/> |
| c. Roubo (ex: esticção) .....                | <input type="checkbox"/> | i. Violência doméstica: contra / entre namorados /cônjuge .... | <input type="checkbox"/> | m. Tráfico de drogas .....                       | <input type="checkbox"/> |
| d. Assalto a residência .....                | <input type="checkbox"/> | j. Violência doméstica: contra / entre idosos .....            | <input type="checkbox"/> | n. Tráfico de armas .....                        | <input type="checkbox"/> |
| e. Assalto a estabelecimento comercial ..... | <input type="checkbox"/> |  |                          | o. Desconhece / Nenhum .....                     | <input type="checkbox"/> |
| f. Ofensa sexual .....                       | <input type="checkbox"/> |  |                          | p. Outros .....                                  | <input type="checkbox"/> |

2.3.pl Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.4. Da lista seguinte, assinale os crimes que mais o preocupam na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções):

- |  |                          |  |                          |  |                          |
|--|--------------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|
| a. Burla .....                               | <input type="checkbox"/> | g. Agressão física .....                                       | <input type="checkbox"/> | k. Danos a espaços / equipamentos públicos ..... | <input type="checkbox"/> |
| b. Furtos (ex: automóvel) .....              | <input type="checkbox"/> | h. Violência doméstica: contra / entre menores .....           | <input type="checkbox"/> | l. Crimes rodoviários .....                      | <input type="checkbox"/> |
| c. Roubo (ex: esticção) .....                | <input type="checkbox"/> | i. Violência doméstica: contra / entre namorados /cônjuge .... | <input type="checkbox"/> | m. Tráfico de drogas .....                       | <input type="checkbox"/> |
| d. Assalto a residência .....                | <input type="checkbox"/> | j. Violência doméstica: contra / entre idosos .....            | <input type="checkbox"/> | n. Tráfico de armas .....                        | <input type="checkbox"/> |
| e. Assalto a estabelecimento comercial ..... | <input type="checkbox"/> |  |                          | o. Desconhece / Nenhum .....                     | <input type="checkbox"/> |
| f. Ofensa sexual .....                       | <input type="checkbox"/> |  |                          | p. Outros .....                                  | <input type="checkbox"/> |

2.4.pl Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

FIGURA 2. Informação relativa à perceção de (in)segurança - Inquérito / Agentes de Polícia.

2.5. Da lista seguinte, assinale as condições que mais lhe parecem favorecer a ocorrência de crime, na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções):

a. Consumo de drogas/álcool .....	<input type="checkbox"/>	h. Presença de pessoas estranhas .....	<input type="checkbox"/>
b. Pobreza/Desemprego .....	<input type="checkbox"/>	i. Reduzido movimento durante a noite .....	<input type="checkbox"/>
c. Problemas familiares .....	<input type="checkbox"/>	j. Policiamento deficitário .....	<input type="checkbox"/>
d. Conflitos e delinquência juvenil .....	<input type="checkbox"/>	k. Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade .....	<input type="checkbox"/>
e. Má iluminação pública .....	<input type="checkbox"/>	l. Pouca severidade para com os ofensores .....	<input type="checkbox"/>
f. Maus acessos/arruamentos .....	<input type="checkbox"/>	n. Desconhece/Nenhum .....	<input type="checkbox"/>
g. Ausência de espaços verdes/de lazer .....	<input type="checkbox"/>	o. Outros .....	<input type="checkbox"/>

2.5.01 Quais? \_\_\_\_\_

---

2.6. Da lista seguinte, assinale as incivildades que mais frequentemente se verificam na área em que exerce funções (escolha uma ou mais opções):

a. Urinar na via pública .....	<input type="checkbox"/>	e. Violar regras de trânsito .....	<input type="checkbox"/>
b. Produzir ruído na via pública .....	<input type="checkbox"/>	f. Estacionar de forma caótica .....	<input type="checkbox"/>
c. Deixar as fezes de animais de companhia na via pública .....	<input type="checkbox"/>	g. Peditórios ilegais .....	<input type="checkbox"/>
d. Dispersar lixo pela rua .....	<input type="checkbox"/>	n. Desconhece/Nenhum .....	<input type="checkbox"/>
e. Violar regras de trânsito .....	<input type="checkbox"/>	o. Outros .....	<input type="checkbox"/>

2.6.01 Quais? \_\_\_\_\_

---

FIGURA 3. Informação relativa à percepção de (in)segurança, quanto às condições existentes - Inquérito / Agentes de Polícia.

As situações de vitimação sofridas por aqueles que trabalham para garantir a segurança de todos, são também de extrema importância, pelo que se incluiu uma parte referente a esse tipo de informações, conforme pode ver-se de seguida (cf. Figura 4).

## PARTE C: VITIMAÇÃO

### 3.1. Diga se nos últimos 5 anos foi vítima de crime:

(se foi vítima de mais de 1 crime, refira-se ao mais grave)

Não .....  1 Sim .....  2

3.1.1. Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.1.2. Descreva os danos sofridos (físicos / psicológicos / materiais):  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Relativamente ao crime que acaba de descrever, responda às questões seguintes:

3.1.3. Em que altura ocorreu:

De dia .....  1 De noite .....  2 Não sabe .....  3

3.1.4. Onde se deu a ocorrência:

Em Casa .....  1 Na Rua .....  2 Outro .....  3

3.1.4.b Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.1.5. Nessa altura encontrava-se:

Sozinho .....  1 Acompanhado .....  2 Não sabe .....  3

3.1.6. O ofensor era alguém:

Conhecido .....  1 Estranho .....  2 Não sabe .....  3

FIGURA 4. Informação relativa às experiências de vitimação - Inquérito / Agentes de Polícia.

E se é importante capturar as perceções dos agentes de polícia a respeito do crime e das incivildades presentes nas áreas em que se desenvolve o seu trabalho, bem como a eventual vitimação sofrida pelos que se empenham em garantir a segurança e a ordem, não será menos pertinente indagar sobre a forma como os próprios percebem a eficácia do trabalho que desenvolvem. Portanto, impôs-se a necessidade de questionar os agentes sobre os aspetos associados ao controlo social (cf. Figura 5).

## PARTE D: CONTROLO SOCIAL

4.1. Diga se considera que os agentes de segurança fazem tudo para garantir a segurança na área em que exerce funções (escolha apenas uma opção de resposta):

Sempre .....  1      Quase Nunca .....  3      Não Sabe .....  5  
Quase Sempre .....  2      Nunca .....  4

4.1.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.2. Indique o seu grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança, na área em que exerce funções (escolha apenas uma opção de resposta):

Muita Satisfação .....  1      Pouca Satisfação .....  3      Não Sabe .....  5  
Satisfação .....  2      Nenhuma Satisfação .....  4

4.2.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

FIGURA 5. Informação relativa às perceções sobre o controlo social - Inquérito / Agentes de Polícia.

Por último, importava atender ao envolvimento comunitário dos que se dedicam à segurança de determinada comunidade, recolhendo também informação a respeito do que, sob o ponto de vista do inquirido, poderia contribuir para uma maior qualidade de vida e o aumento de segurança das populações (cf. Figura 6).

## PARTE E: PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

5.1. Diga há quantos anos trabalha como agente nesta área urbana:

- 3 Anos ou menos .....  1    7 a 9 Anos .....  3  
4 a 6 Anos .....  2    10 Anos ou mais .....  4

4.1.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5.2. Refira o que gostaria de ver melhorado, na área em que exerce funções, no sentido de que houvesse mais qualidade de vida (Faça uma lista por ordem de importância, colocando na linha 1 a medida que lhe parece mais importante e prosseguindo com outras sugestões, não sendo obrigatório preencher as cinco possibilidades):

- \_\_\_\_\_ 1  
\_\_\_\_\_ 2  
\_\_\_\_\_ 3  
\_\_\_\_\_ 4  
\_\_\_\_\_ 5

5.3. Refira o que gostaria de ver melhorado, na área em que exerce funções, no sentido de que houvesse mais segurança (Faça uma lista por ordem de importância, colocando na linha 1 a medida que lhe parece mais importante e prosseguindo com outras sugestões, não sendo obrigatório preencher as cinco possibilidades):

- \_\_\_\_\_ 1  
\_\_\_\_\_ 2  
\_\_\_\_\_ 3  
\_\_\_\_\_ 4  
\_\_\_\_\_ 5

5.4. Diga se estaria disposto a acolher e a beneficiar da colaboração da população, no sentido de que houvesse mais segurança na área em que exerce funções (escolha apenas uma opção de resposta):

- Sempre .....  1    Quase Nunca .....  3    Não Sabe .....  5  
Quase Sempre .....  2    Nunca .....  4

5.4.a Se respondeu sempre ou quase sempre, especifique de que forma:

\_\_\_\_\_

5.4.a Se respondeu quase nunca ou nunca, explique porquê:

\_\_\_\_\_

5.5. Classifique a força da sua ligação à área em que exerce funções (escolha apenas uma opção de resposta):

- Muito forte .....  1    Pouco Forte .....  3  
Forte .....  2    Nada Forte .....  4

5.5.1. Explique a sua opção de resposta:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

FIGURA 6. Informação relativa ao envolvimento comunitário - Inquérito / Agentes de Polícia.

Assim, através do inquérito, suportado pela técnica do questionário, é possível aceder ao que pensam os agentes de segurança. O instrumento foi submetido a um processo de pré-teste acompanhado de reflexão falada, a fim de que se constataste o seu bom funcionamento, em termos de perceção e de facilidade de resposta às diferentes questões.

Parece ser fundamental que esta análise seja feita, até para que se compreenda o ponto de vista destes profissionais e, obviamente, para levar também os próprios agentes a refletir sobre as suas perceções. Por via destas verbalizações, o próprio agente será também confrontado com a forma como se percebe, como interpreta as populações e percebe a atuação policial, em todas as suas vantagens e limitações. Não obstante, a captura do ponto de vista do agente de polícia não basta, sendo imperativa a análise às perceções das próprias populações.

Efetivamente, a manutenção da ordem pública, face aos novos desafios colocados pelas alterações já aqui referidas várias vezes, dependerá essencialmente de análises que permitam a planificação ajustada às exigências específicas de cidades e de comunidades que, logicamente, exibem particularidades que requerem díspares abordagens. Ora, para que essa adequação seja desenvolvida de forma a aumentar a eficácia das medidas a implementar em cada comunidade particular, impõe-se o levantamento de informações conducentes a uma avaliação de necessidades, recursos e especificidades. Isso é o que se preconiza com a realização dos designados DLS's.

## **1.5. Comunidades mais Seguras e Policiamento**

O objetivo último dos DLS's é contribuir para uma prevenção criminal mais efetiva e sustentada no conhecimento das diferentes comunidades, numa vertente que procure planos de ação mais proativos e, evidentemente, tendo sempre em vista tornar as comunidades mais seguras. Ora, ao referir-se uma modalidade de atuação mais proativa, que procure o aumento da segurança, fala-se, logicamente, de uma postura mais preventiva do que remediativa.

A manutenção da segurança das comunidades tem vindo a ser cada vez mais implementada através do papel dos diferentes governos, sendo que as populações esperam que, nas suas comunidades de pertença, se encontrem disponíveis certos serviços para manter a ordem, através da sua intervenção em aspetos tão básicos como a limpeza de *graffitis*, a remoção de veículos automóveis abandonados, a assunção de medidas relativamente a vizinhança barulhenta e perturbadora, bem como em relação a outros comportamentos antissociais, à manutenção de uma adequada iluminação pública e de espaços envolventes amplos e seguros. Evidentemente, estas expectativas do cidadão são acrescidas de uma série de outros serviços que proporcionem condições preventivas do crime (Casey, 2008).

Ainda segundo a mesma fonte, os serviços locais disponíveis às populações, essencialmente proporcionados por instâncias oficiais, podem ter um impacto muito positivo nas questões ligadas à criminalidade e, logicamente, à sua prevenção. Designadamente, essas instâncias podem e devem desempenhar um papel central na planificação e no reforço de medidas relacionadas com o ambiente, a habitação, a assistência social, a educação e outros que passam também pelos serviços disponibilizados às crianças e aos jovens. Para além do que já foi sendo referido, é importante destacar o papel central de tais instâncias no estabelecimento de parcerias locais estratégicas. Saliente-se que, entre essas entidades, a polícia ocupa um lugar de destaque, sendo importante averiguar a opinião e a confiança que a população deposita nessas forças de segurança. Ao que parece, o reduzido contacto, formal e informal, entre a polícia e as comunidades, contribui para a menor confiança depositada na polícia.

Genericamente, o que as pessoas parecem pretender do trabalho da polícia traduz-se em aproximação, responsabilidade e rapidez de atuação, presença visível nas ruas, patrulhamento, clara identificação de contactos para situações de emergência, continuidade de agentes para que a comunidade os conheça e neles confie, melhoria do apoio a vítimas, bom envolvimento comunitário e um claro controlo sobre o crime (Casey, 2008). Então, pode facilmente depreender-se que as exigências são numerosas e as expectativas muito elevadas.

Efetivamente, nas sociedades contemporâneas têm-se verificado constantes pressões exercidas sobre as organizações públicas, mais especificamente sobre as que se relacionam com as questões da segurança. Essas pressões, cada vez mais elevadas, vão sendo desenvolvidas por razões de diversa ordem. Desde logo, pela generalizada desconfiança em relação à eficácia do combate ao crime, uma vez que as estratégias tradicionais não se têm revelado suficientemente capazes de atingir a enorme complexidade do fenómeno. Depois, pela progressiva perda de legitimidade do carácter mais autoritário de funcionamento de algumas dessas instituições, num registo contraditório em relação à necessidade de expansão do sistema mais participativo e alargado a diferentes esferas e organizações (Araújo & Braga, 2008).

Ora, uma das formas de fazer face a estas e a outras dificuldades, passa pela adoção de uma postura cada vez mais aberta, em que o policiamento comunitário emerge como uma possível solução de aproximação entre forças policiais e populações, numa vertente mais voltada para a prevenção criminal e em que as chefias dos organismos apresentam um papel determinante. Assim, o papel das lideranças policiais é central (Neto, 2004) mas, de facto, há também inúmeras limitações que se impõem à adoção desta nova modalidade de policiamento. Particularmente, algumas análises (Bayley & Skonick, 2001; Skolnick & Bayley, 2002) referem as dificuldades seguintes:

- a) A cultura tradicional das polícias, muito focalizadas na manutenção da ordem através de respostas imediatas e em que se adota o uso da força, face ao crime e às desordens;

- b) As expectativas e exigências das próprias sociedades, que esperam a emissão de respostas rápidas e ancoradas na força para acudir ao crime e às desordens;
- c) O corporativismo das forças de segurança que, geralmente, temem a perda ou a redução do seu papel no âmbito da segurança pública, face a um aumento das organizações privadas envolvidas;
- d) A notória limitação de recursos ao dispor das polícias, o que lhes dificulta a dedicação ao atendimento de ocorrências, à investigação criminal e à organização da mobilização comunitária;
- e) As dificuldades de monitorização e de avaliação do próprio trabalho, atendendo às eficácia, eficiência e legitimidade de atuação, por parte dos corpos de polícia;
- f) A excessiva centralização de autoridade nas direções policiais que, por seu turno, se revelam com pouca capacidade de dirigir, monitorizar e avaliar o trabalho desenvolvido pelas unidades locais de polícia;
- g) As divergências e situações conflituosas muitas vezes instaladas entre as direções policiais e os agentes de fim de linha;
- h) As divergências entre as polícias e outros setores da administração pública, bem como com alguns grupos ou classes das próprias comunidades.

A estes aspetos, devem acrescentar-se os relacionados com o espírito que emana das modernas democracias, em que se persegue o desafio de assegurar a segurança dos cidadãos, mas numa perspetiva diversa da dos “sujeitos governados”, mas antes centrada nos cidadãos participativos e que definem os seus próprios objetivos. Assim, nesta vertente de cidadania, as pessoas não poderão ser assumidas como passivas, mas antes como indivíduos que cooperarão para alcançar aquilo que consideram como segurança. Trata-se de uma nova visão que rompe com a ideia tradicional de polícia e que, indubitavelmente, impõe consideráveis mudanças ao nível da deontologia e da organização dos corpos de polícia (Roché, 2004).

## **1.6. Da Avaliação à Prevenção. A Necessidade de Diagnosticar**

Tradicionalmente, as diferentes modalidades de atuação para combater o crime, na maioria dos países, traduzia-se nas diferentes formas de policiamento, no recurso a empresas vocacionadas para a prestação de serviços na área da segurança e, evidentemente, no sistema de justiça criminal. Ora, aqueles elementos de combate ao crime implicam investimento mas, por outro lado, não atendem a fatores como as motivações subjacentes à ação delincente (Direção Geral de Administração Interna, 2009), o que limita a definição de modalidades adequadas, quer de intervenção, quer de prevenção.

Na verdade, a prevenção deve ser uma aposta a privilegiar, na medida em que os seus resultados são, de longe, os mais proveitosos. No entanto, deve ter-se em consideração que prevenir implica reduzir o risco de ocorrência criminal, bem como as consequências do crime, por via de uma intervenção assente em ações que operem na base de tais acontecimentos, ou seja, contemplando os fatores de risco associados às possíveis ocorrências (Direcção Geral de Administração Interna, 2009). Assim, pode perceber-se facilmente uma boa planificação de estratégias preventivas do crime, não só previne o crime e a vitimação, como promove o aumento de segurança nas comunidades, melhora a qualidade de vida dos cidadãos, reduz os custos sociais associados ao crime e contribui para um desenvolvimento sustentável dos países em que são implementadas medidas ajustadas às diferentes realidades (United Nation Office on Drugs and Crime, 2002). Para além destes aspetos, a mesma organização enfatiza que a prevenção do crime deve ser sustentada numa base de comprometimento entre a sociedade e as forças de autoridade, num registo de responsabilidade e de participação comunitária (United Nation on Drugs and Crime, 2008).

Ainda de acordo com aquela instituição, o envolvimento comunitário e o estabelecimento de parcerias representam importantes elementos da atual noção de prevenção criminal. Nesse contexto, pode considerar-se o envolvimento comunitário como a participação da sociedade civil nestes processos, ao nível local. Com base nestes princípios, foram então apresentadas as orientações, alargadas mas claras, sobre o campo de ação para a prevenção criminal, de que se podem referir os pontos seguintes (United Nation Office on Drugs and Crime, 2002):

- a) Prevenção Criminal Social, desenvolvida através da promoção do bem-estar das populações e do encorajamento das mesmas no sentido da integração social. Para tanto, impõe-se a necessidade de tomar medidas sociais, económicas, educacionais e de saúde, com especial atenção aos mais jovens e atendendo aos fatores de risco e de proteção para o crime;
- b) Prevenção Criminal Local, essencialmente baseada em experiências e em iniciativas comunitárias, com envolvimento dos membros das comunidades e visando mudar as condições que, em cada zona em particular, afetem a prática de conduta antissocial, de crime e, logicamente, a ocorrência de vitimação;
- c) Prevenção Criminal Situacional, através de medidas para reduzir as oportunidades de crime, ampliando as probabilidades de apreensão, minimizando os benefícios alcançados com a prática criminosa por via de medidas que integrem a transmissão de informação a eventuais vítimas, o apoio a prestar às vítimas e uma planificação urbana mais adequada;
- d) Programas de Ressocialização, que possibilitem a redução de riscos de reincidência, por meio de programas adequados a indivíduos com antecedentes de delinquência e voltados para a prevenção.

É ainda de salientar que a mobilização de recursos para a prevenção do crime, de acordo com o plano de ação para 2012-2020 (World Health Organization, 2012) inclui, entre outras recomendações, as seguintes:

- a) A planificação de atividades dos programas de prevenção deve ser sustentada em evidências científicas;
- b) A monitorização desses programas deve se também desenvolvida através de estudos que se focalizem na busca de eficácia dos resultados obtidos;
- c) A recolha de informações através do desenvolvimento de estudos deve sustentar consistentemente o mapeamento da violência;
- d) A investigação a realizar deve focar-se na compreensão do fenómeno da violência e na captura de possíveis causas e de fatores de risco;

Ora, para alcançar uma maior compreensão do fenómeno, abordado cientificamente e contemplando a necessidade de mapear o crime e o imperativo de atender aos fatores de risco que estejam subjacentes àquele, torna-se forçoso que se criem instrumentos de análise que propiciem o diagnóstico das diferentes comunidades. Refere-se aqui o DLS já anteriormente mencionado e a respeito do qual se dedicará o ponto seguinte.

### **1.6.1. Diagnósticos Locais de Segurança (DLS)**

Presentemente, no âmbito da criminalidade, toda e qualquer ação política apenas terá efeitos sociais se for sustentada por um conjunto de conhecimentos plurais, pelo que a atual realidade exige o desenvolvimento de abordagens científicas de aproximação que, evidentemente, estejam orientadas para a ação, procurando que as decisões que a antecedem sejam bem fundamentadas (Direcção Geral de Administração Interna, 2009).

Por outro lado, apenas é possível aceder à possibilidade de confrontar o fenómeno do crime, dando voz àqueles que vivem tais problemas, sobretudo às vítimas, sendo necessário o estabelecimento de parcerias que, indubitavelmente, exigem uma grande confiança nas instituições envolvidas na realização de diagnósticos de segurança (Casey, 2008). Na sequência do que até aqui foi sendo salientado, importa perceber que o estabelecimento da ordem social implica uma permanente negociação entre os diversos atores sociais, num registo tão ativo quanto criativo. Então, a mediação é também uma importante componente de todo o processo, sobretudo em sociedades que se destacam pela diversidade e pela constante transformação. Precisamente dessa tendência para a mudança e para a heterogeneidade nasce a necessidade de se proceder ao levantamento de informações conducentes ao DLS (Direcção Geral de Administração Interna, 2009). Note-se que o DLS mais não é do que um processo de avaliação de necessidades, problemas, obstáculos, recursos e parceiros existentes no

seio de uma comunidade corretamente caracterizada e contextualizada num determinado envolvente social, cultural, económico e arquitetónico (Sani & Nunes, 2012).

A realização de DLS's visa, essencialmente, disponibilizar às forças e serviços de segurança, bem como às autarquias e a outras entidades públicas e/ou privadas, a informação necessária e suficiente para que se verifique um reforço da segurança através de medidas adaptadas às realidades de cada comunidade e aos desafios que se colocam no âmbito da criminalidade em cada local específico. Trata-se de um processo que possibilita a elaboração de um quadro de leitura de determinada comunidade, cujo retrato conduzirá a medidas ajustadas e devidamente enquadradas. Dito de outra forma, um DLS passa por uma análise sistemática e organizada que busca a compreensão do crime e dos problemas relacionados com a vitimação, identificando equipamentos e recursos que possibilitem uma atuação preventiva (Direção Geral de Administração Interna, 2009), numa vertente de avaliação que se aproxima do método proposto por Weber (2005) e que procura o melhor conhecimento das diferentes comunidades, a fim de, por exemplo, melhor se orientar a implementação do chamado policiamento de proximidade. Contudo, e segundo Bayley (2006), é muito importante que, para que se consigam atuações eficazes, se estabeleça um relacionamento de reciprocidade entre polícia e sociedade. Dito de outra forma, deve ter-se bem presente que a sociedade influencia e molda aquilo em que a polícia se torna e esta, por seu turno, afeta aquilo em que a sociedade se poderá vir a tornar.

A acrescentar ao que já aqui foi referido a propósito dos DLS's, deve apontar-se o facto de se terem já verificado diversas experiências destas avaliações em cenários internacionais (Alvarez, 2006), sendo que tais análises têm evidenciado a pertinência da cooperação multilateral em termos preventivos (Direção Geral de Administração Interna, 2009).

### **1.6.2. DLS. A Recolha de Informação Através do Inquérito**

Genericamente, e em termos comunitários, pode afirmar-se que o DLS deve obter dados que permitam a contextualização geral da comunidade em análise, através da caracterização sociodemográfica da população a ela pertencente; por meio da averiguação a respeito do crime, da violência, das respetivas consequências e demais problemas associados; e mediante a caracterização de vítimas e de ofensores e a identificação de padrões em que se enquadrem os fatores de risco como contributos para a ocorrência de crime e de ações violentas (Direção Geral de Administração Interna, 2009).

Não obstante o rigor e a importância das diretrizes que devem nortear a realização de um DLS, é fundamental que todo o processo se desenvolva em função das particularidades previamente reconhecidas na comunidade, assim como do que for revelado como prioridade por parte das instâncias envolvidas e conhecedoras daquela reali-

dade. Foi com esses cuidados que se desenvolveu um instrumento de recolha sistemática de informações que possibilitassem a elaboração de DLS's em comunidades problemáticas. Para tanto, optou-se pelo método do inquérito, baseado na técnica do questionário, cuja construção foi levada a cabo na sequência de contactos estabelecidos entre o Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Universidade Fernando Pessoa (UFP).

Ora, a elaboração de um questionário exige, desde logo, a obtenção de informações preliminares que permitam ter uma ideia, ainda que vaga, dos aspetos a avaliar e dos pontos centrais dessa avaliação (Hill & Hill, 2002). Portanto, a construção do instrumento desenvolveu-se num regime de troca de opiniões entre as suas autoras e a PSP, visando a complementaridade de diferentes pontos de vista, bem como a consideração dos objetivos propostos por aquele órgão de controlo social formal. Assim, foi possível partir de uma entrevista estruturada e diretiva, cujas perguntas foram sendo analisadas pelos diferentes intervenientes nesse processo para, dessa colaboração, emergirem gradualmente as alterações a implementar sobre esse primeiro ensaio. Este exercício foi levado a cabo para que se fosse desenhando o inquérito propriamente dito e para que se fossem colocando as questões mais pertinentes, que permitissem uma recolha sistemática dos dados efetivamente necessários à realização do DLS.

Concluída a primeira versão do instrumento, passou-se à sua administração para, em jeito de pré-teste, se averiguar a respeito da sua eficácia, tendo-se constatado que o questionário se revelava de fácil perceção/resposta para os inquiridos e que era adequado para obter toda e apenas a informação necessária à realização destes diagnósticos, sem que se perdessem de vista os objetivos estabelecidos prévia e conjuntamente com a PSP do Porto.

Assim, e mediante os procedimentos brevemente acabados de referir, a versão final do questionário consta de cinco partes, a primeira das quais remete para os dados sociodemográficos, com vista à caracterização da população inquirida. Esta parte do inquérito, apresentada na figura 7., foi pensada tendo em consideração que, segundo a United Nation Office on Drugs and Crime (2002), a prevenção do crime enquadra estratégias e análises que devem perseguir a redução de danos, e as suas linhas orientadoras guiam-nos no sentido de atender ao desenvolvimento socioeconómico das diferentes comunidades, prestando particular atenção às populações mais vulneráveis. Também por isso, a informação sociodemográfica acaba por se revelar de extrema importância (Maia, 2011). Essa primeira parte do questionário pode ver-se na figura seguinte (cf. Figura 7).

## PARTE A: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

### 1.1. Sexo:

Masculino .....  1      Feminino .....  2

### 1.2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

### 1.3. Nacionalidade:

Portuguesa .....  1      Estrangeira .....  2

1.3.b Qual? \_\_\_\_\_

### 1.4. Estado Civil:

Solteiro(a) .....  1      Divorciado(a) / Separado(a) ...  3      Outro .....  5

Casado(a) / União de Facto ...  2      Viúvo(a) .....  4

1.4.b Qual? \_\_\_\_\_

### 1.5. Escolaridade:

Primária .....  1      Unificado .....  3      Superior .....  5  
(entre 1º e 4º anos) .....  1      (entre 7º e 9º anos) .....  3

Preparatória .....  2      Secundária .....  4      Outro .....  6  
(entre 5º e 6º anos) .....  2      (entre 10º e 12º anos) .....  4

1.5.b Qual? \_\_\_\_\_

### 1.6. Residência:

1.6.a Rua: \_\_\_\_\_

### 1.7. Tipo Habitação

Apartamento .....  1      Casa .....  2      Outro .....  3

1.7.a Qual? \_\_\_\_\_

### 1.8. Situação Ocupacional:

Estudante .....  1      Desempregado (Há\_\_Meses)  3      Trabalhador Estudante.....  5

Trabalhador .....  2      Reformado .....  4

1.8.b Área laboral: \_\_\_\_\_

### 1.9. Diga se vive só:

Sim .....  1      Não .....  2

1.9.b Nomeie com quem vive: \_\_\_\_\_

FIGURA 7. Informação sociodemográfica – Inquérito de levantamento de informações para o DLS.

Não obstante a importância de que se revestem as informações sociodemográficas, pareceu às autoras, tal como ao Comando Metropolitano do Porto, que seria essencial captar a percepção das populações a respeito da sensação de in/segurança. A recolha de dados sobre essa percepção revelou-se de extrema importância na medida em que, de acordo com Carrión (2002), a sensação de insegurança vivida diariamente em determinadas áreas urbanas decorre do aumento da criminalidade e acarreta graves consequências sociais, desenvolvimentais e económicas. Efetivamente, e segundo Seabra (2005), o sentimento de insegurança, tal como o medo do crime que lhe pode estar associado, são elementos surpreendentemente presentes em determinadas populações (Seabra, 2005), pelo que se torna fundamental aceder à percepção que as pessoas têm do crime e das incivildades, particularmente nas áreas que frequentam diariamente.

Por isso, a segunda parte do inquérito debruça-se precisamente sobre a percepção de aumento/diminuição da criminalidade, do tipo de crime que parece ser mais frequente e daquele que será mais temido pelos inquiridos, procurando saber-se também quais as condições locais que, de acordo com os questionados, mais contribuirão para a ocorrência de crime. Explora-se, aqui, a forma como as populações percebem a evolução do fenómeno, nomeadamente na sua área de residência, numa tentativa de se perceber a presença/ausência de um sentimento de insegurança. É preciso ter em consideração que, segundo Cotta (2005), esse sentimento, na vida quotidiana, é também sustentado por ameaças que emergem do estilo de vida moderno e da crise que assola as atuais sociedades, em que se vêm aumentadas as zonas de vulnerabilidade.

Por último, nesta segunda parte atende-se à prática de incivildades percecionada pelas populações. É de salientar que, de acordo com Jouenne (2007), existe uma estreita ligação entre o sentimento de insegurança e a prática/observação de incivildades. Estas últimas, ainda segundo a mesma fonte, constituem o reflexo de um défice em termos de civilidade, sendo ações que não sendo agressões físicas, integram uma violência simbólica muito considerável.

Assim, de acordo com Garcia (2006), as incivildades não constituem ações que violem direta e forçosamente códigos, acordos ou regras, mas são comportamentos desafiantes que rompem com as expectativas e com o conjunto de regras sociais. A parte do questionário que se dedica aos elementos acabados de referir apresenta-se nas figuras seguintes (cf. Figuras 8 e 9).

## PARTE B: PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

2.1. Refira se considera que vive numa área segura:

Sim .....  1 Não .....  2 Não sabe/Não responde .....  12

2.1.a Explique porquê: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2.2. Refira se considera que vive numa área segura:

Sim .....  1 Não .....  2 Não sabe/Não responde .....  12

2.2.a Explique porquê: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2.3. Da lista seguinte, assinale os crimes que mais frequentemente ocorrem na sua área de residência (escolha uma ou mais opções):

Burla .....	<input type="checkbox"/>	Agressão física .....	<input type="checkbox"/>	Danos a espaços / equipamentos públicos .....	<input type="checkbox"/>
Furto (ex: automóvel) .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra / entre menores .....	<input type="checkbox"/>	Crimes rodoviários .....	<input type="checkbox"/>
Roubo (ex: esticção) .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra / entre namorados /cônjuge ....	<input type="checkbox"/>	Tráfico de drogas .....	<input type="checkbox"/>
Assalto a residência .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra / entre idosos .....	<input type="checkbox"/>	Tráfico de armas .....	<input type="checkbox"/>
Assalto a estabelecimento comercial .....	<input type="checkbox"/>			Desconhece / Nenhum .....	<input type="checkbox"/>
Ofensa sexual .....	<input type="checkbox"/>			Outros .....	<input type="checkbox"/>

2.3.pl Quais? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2.4. Da lista seguinte, assinale os crimes que mais teme na sua área de residência (escolha uma ou mais opções):

Burla .....	<input type="checkbox"/>	Agressão física .....	<input type="checkbox"/>	Danos a espaços / equipamentos públicos .....	<input type="checkbox"/>
Furto (ex: automóvel) .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra /entre menores .....	<input type="checkbox"/>	Crimes rodoviários .....	<input type="checkbox"/>
Roubo (ex: esticção) .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra / entre namorados /cônjuge ....	<input type="checkbox"/>	Tráfico de drogas .....	<input type="checkbox"/>
Assalto a residência .....	<input type="checkbox"/>	Violência doméstica: contra / entre idosos .....	<input type="checkbox"/>	Tráfico de armas .....	<input type="checkbox"/>
Assalto a estabelecimento comercial .....	<input type="checkbox"/>			Desconhece / Nenhum .....	<input type="checkbox"/>
Ofensa sexual .....	<input type="checkbox"/>			Outros .....	<input type="checkbox"/>

2.4.pl Quais? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

FIGURA 8. Informação relativa à perceção de (in)segurança - Inquérito de levantamento de informações para o DLS.

Segue-se a figura 9., em que se apresentam as restantes questões relativas à segunda parte do questionário.

2.5. Da lista seguinte, assinale as condições que, na sua área de residência, mais lhe parecem favorecer a ocorrência de crime (escolha uma ou mais opções):

Consumo de drogas / álcool .. <input type="checkbox"/>	Maus acessos / arruamentos <input type="checkbox"/>	Policimento deficitário ..... <input type="checkbox"/>
Pobreza / Desemprego ..... <input type="checkbox"/>	Ausência de espaços verdes /de lazer ..... <input type="checkbox"/>	Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade ..... <input type="checkbox"/>
Problemas familiares ..... <input type="checkbox"/>	Presença de pessoas estranhas ..... <input type="checkbox"/>	Pouca severidade para com os ofensores ..... <input type="checkbox"/>
Conflitos e delinquência juvenil ..... <input type="checkbox"/>	Reduzido movimento durante a noite ..... <input type="checkbox"/>	Desconhece / Nenhum ..... <input type="checkbox"/>
Má iluminação pública ..... <input type="checkbox"/>		Outros ..... <input type="checkbox"/>

2.5.ol Quais? \_\_\_\_\_

---

2.6. Da lista seguinte, assinale as incivildades que mais frequentemente se verificam na sua área de residência (escolha uma ou mais opções):

Urinar na via pública ..... <input type="checkbox"/>	Dispensar lixo pela rua..... <input type="checkbox"/>	Peditórios ilegais (ex. arrumadores de automóveis) ..... <input type="checkbox"/>
Produzir ruído na via pública . <input type="checkbox"/>	Violar regras de trânsito ..... <input type="checkbox"/>	Desconhece/Nenhum ..... <input type="checkbox"/>
Deixar as fezes de animais de companhia na via pública .... <input type="checkbox"/>	Estacionar de forma caótica .. <input type="checkbox"/>	Outros ..... <input type="checkbox"/>

2.6.ol Quais? \_\_\_\_\_

FIGURA 9. Informação relativa à perceção de (in)segurança (continuação) - Inquérito de levantamento de informações para o DLS, atendendo às condições e incivildades.

Evidentemente, este instrumento não podia esquecer as vítimas de crime e a sua perceção da ocorrência e dos danos por ela causados. Como já aqui foi referido anteriormente, impõe-se a necessidade de dar voz à vítima até porque, de acordo com Carrión (2002), as perceções do crime, da segurança e da vitimação são de extrema importância. O autor acrescenta que não basta atender à violência urbana, sendo imperativo considerar a questão das vítimas, a respeito das quais se sabe, geralmente, muito pouco. Efetivamente, a edificação de registos atuais e realistas das ocorrências de vitimação é já uma tarefa praticamente impossível, o que se reflete na dificuldade em desenhar e implementar estratégias adequadas a cada região.

Assim, a terceira parte deste questionário focaliza-se na possível vitimação, quer do próprio inquirido, quer de alguém que lhe seja próximo. Aqui, por motivos óbvios, apenas se apresenta a parte da vitimação do próprio, uma vez que as informações a retirar sobre a vitimação de outros são, logicamente, do mesmo teor (cf. Figura 10).

## PARTE C: VITIMAÇÃO

3.1. Diga se nos últimos 5 anos foi vítima de crime:

Não.....  1 Sim .....  2

3.1.1. Qual? \_\_\_\_\_

3.1.2. Descreva os danos sofridos (físicos /psicológicos / materiais):

\_\_\_\_\_

**Relativamente ao crime que acaba de descrever, responda às questões seguintes:**

3.1.3. Em que altura ocorreu:

De dia .....  1 De noite .....  2 Não sabe .....  3

3.1.4. Onde se deu a ocorrência:

Em Casa .....  1 Na Rua .....  2 Outro .....  3

3.1.4.b) Qual? \_\_\_\_\_

3.1.5. Nessa altura encontrava-se:

Sozinho .....  1 Acompanhado .....  2 Não sabe .....  3

3.1.6. O ofensor era alguém:

Conhecido .....  1 Estranho .....  2 Não sabe .....  3

3.1.7. Diga se contactou as autoridades:

Não .....  1 Sim .....  2

3.1.7.a Explique porquê:

Não confia .....  1 Medo .....  4 Seguradora .....  7

Não vale a pena .....  2 Confia .....  5 Outro .....  8

Falta de tempo .....  3 Vale a pena .....  6

3.1.7.b Qual? \_\_\_\_\_

3.1.8. Diga se formalizou oficialmente a queixa:

Não.....  1 Sim .....  2

3.1.8.a) Explique porquê: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.1.9. Refira as medidas tomadas pelas autoridades:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.1.10. Diga se ficou satisfeito com essas medidas:

Não.....  1 Sim .....  2

3.1.10.a Explique porquê: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

FIGURA 10. Informação relativa às experiências de vitimação - Inquérito de levantamento de informações para o DLS.

Em muitas comunidades, a polícia constitui-se como uma das principais representantes dos serviços do Estado, designadamente do que mais é valorizado pelas populações, como a segurança e a proteção públicas, pelo que importa atender à opinião das pessoas a esse respeito. Portanto, a quarta parte do questionário centra-se essencialmente na percepção das pessoas em relação à polícia e à sua eficácia. Designada por controlo social, esta parte atende à necessidade de auscultar as populações sobre a sua interpretação a respeito das polícias.

Note-se que, no respeitante à opinião desenvolvida sobre os agentes de segurança, deve ainda ter-se em consideração que se pode analisar o impacte da dimensão da polícia e o da sua atuação (Rosenfeld, 2011). Deve ainda salientar-se que um dos problemas que se colocou à atuação policial, durante muito tempo, foi sendo constatado logo pelos pioneiros investigadores da área social que se dedicaram à análise das polícias e do efeito das suas ações. Efetivamente, a investigação podia até revelar comportamentos a respeito dos quais se poderiam retirar muitas ilações, mas a verdade é que não havia um sistema de avaliação sistemática dos efeitos da atuação policial sobre as comunidades em que se realizava o policiamento (Zimring, 2012).

Há mesmo quem vá mais longe, como é o caso de autores como Williamson (2000), que consideram mesmo que as investigações nesta matéria ignoraram por muito tempo o impacte das populações e da sua percepção, designadamente, dos indivíduos, das famílias e das próprias comunidades, nos programas de prevenção, sendo que a própria prevenção comunitária foi ignorada até há relativamente pouco tempo. Não obstante, outros (Legrand & Bronitt, 2012) afirmam que, desde há muito, se foi percebendo que a noção das comunidades relativamente às suas experiências e observações pessoais no âmbito do crime, afeta e está intimamente ligada à percepção dessas populações e respeito das polícias e das modalidades de policiamento.

Assim, o importante é perceber se as atitudes das populações em relação à polícia são mais um resultado da sua experiência com o crime e com a entidade policial ou se estarão associadas com atitudes mais abstratas em relação à política e à aplicação da lei (Orr & West, 2007). Num estudo realizado por Orr e West em 2007, com 509 indivíduos maiores de 18 anos entrevistados por telefone, os autores concluíram que quando estava em causa avaliar o civismo e a justiça operada pela polícia, os cidadãos remetiam mais para a sua experiência pessoal. Todavia, quando avaliavam a seriedade do crime e o desempenho da polícia em geral, os argumentos decorriam não só da sua experiência pessoal, como das suas crenças políticas e sociais. Quanto maior fosse a experiência individual com o crime mais as suas percepções estavam associadas ao desempenho da polícia, geralmente no sentido negativo.

Os elementos acabados de referir remetem para a importância das autoridades locais apostarem na qualidade da prestação de serviços, pois tal tem implicações diretas nas percepções e atitudes sobre determinada entidade. No caso concreto da polícia, é de relevar os esforços no sentido de se desenvolverem programas de policiamento

na comunidade, redirecionando os recursos para áreas com elevada criminalidade, e adaptando os programas e estratégias às necessidades de cada território (Brown & Benedict, 2002).

Embora a revisão de literatura indique não ser viável fazer grandes generalizações sobre as atitudes em relação à polícia (Brown & Benedict, 2002), alguns estudos (cf. Decker, 1981) revelam como certas variáveis individuais (e.g., idade, raça, sexo e nível socioeconómico) e contextuais (e.g., taxa de criminalidade, crenças a respeito da polícia, vitimação) influenciam as percepções e as atitudes dos cidadãos em relação às forças policiais. Existem outras variáveis, como o tempo de resposta e a diferenciação na resposta social consoante os níveis económico, social, racial dos cidadãos, que poderão ter o seu peso na definição dessas construções cognitivas (cf. Mladenka & Hill, 1978). Numa revisão exaustiva de mais de 100 artigos científicos acerca das percepções e atitudes em relação à polícia, Brown e Benedict (2002) concluíram que apenas quatro variáveis (idade, contacto com a polícia, vizinhança e raça) têm sido consistentemente comprovadas pela generalidades dos estudos, como afetando as atitudes em relação à polícia. Relativamente a outras variáveis como a educação, o sexo, o nível socioeconómico, a vitimação ou o medo de vitimação, não se tem gerado consenso sobre os efeitos quanto à percepção da polícia.

Pelo muito que foi sendo apontado até aqui, deve reforçar-se a ideia de que a percepção das populações a respeito da efetividade das ações policiais e do envolvimento comunitário de tais atuações jogam um papel fulcral para a definição de estratégias de policiamento (Skolnick & Bayley, 2006). Com base nestas informações e nos objetivos previamente definidos para a realização de DLS's, a quarta parte do instrumento apresenta-se conforme a figura seguinte (cf. Figura 11).

## PARTE D: CONTROLO SOCIAL

4.1. Refira se considera que os agentes de segurança fazem tudo para garantir a segurança na sua área de residência (escolha apenas uma opção de resposta):

Sempre .....  1      Quase Nunca .....  3      Não Sabe .....  5  
Quase Sempre .....  2      Nunca .....  4

4.1.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.2. Indique o grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança, na sua área de residência (escolha apenas uma opção de resposta):

Muito Satisfeito(a) .....  1      Pouco Satisfeito(a) .....  3      Não Sabe .....  5  
Satisfeito(a) .....  2      Nada Satisfeito(a) .....  4

4.2.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.3. Refira com que frequência recorre à ajuda de vizinhos, em caso de ter algum problema (escolha apenas uma opção de resposta):

Sempre .....  1      Quase Nunca .....  3  
Quase Sempre .....  2      Nunca .....  4

4.3.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.4. Refira com que frequência recorre à ajuda das entidades de apoio do seu bairro, em caso de ter algum problema (escolha apenas uma opção de resposta):

Sempre .....  1      Quase Nunca .....  3  
Quase Sempre .....  2      Nunca .....  4

4.4.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.4.2. Se recorre ao apoio de entidades, mencione quais:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

FIGURA 11. Informação relativa às perceções sobre o controlo social - Inquérito de levantamento de informações para o DLS.

Evidentemente, e agora em relação à quinta e última parte do questionário, o envolvimento comunitário e o sentimento de pertença em relação à comunidade revelam-se como aspetos fulcrais, para que se verifique o desenvolvimento de um modelo de policiamento enquadrado na vertente mais atual de prevenção do crime (Skolnick & Bayley, 2006). Por isso, e atendendo ao carácter das partes anteriores, faz todo o sentido que esta última se dedique à busca de eventuais sentimentos de pertença, por parte dos que se movimentam diariamente na comunidade a avaliar.

Esse sentimento de pertença a uma comunidade pode entender-se como uma componente que tem vindo a diluir-se entre as pessoas, estando intimamente ligado às relações positivas entre a vizinhança, com a participação em organizações locais e com a eficácia coletiva (Ornelas, 2008). Pode mesmo afirmar-se que o sentimento de comunidade é uma poderosa ferramenta para o mundo atual (McMillan & Chavis, 1986), que está positivamente correlacionada com os níveis de perceção de bem-estar (Davidson & Cotter, 1991), com sentimentos de proteção e de segurança e com uma maior predisposição para ajudar o outro (Omoto & Snyder, 2002), implicando que as pessoas se sintam como parte integrante e significativa de uma coletividade, diluindo-se o isolamento e a alienação, quer das pessoas quer das respetivas comunidades (Ornelas, 2008).

Assim, através desta última parte consegue aceder-se ao envolvimento comunitário e, logicamente, à duração de tal envolvimento, o que nos proporciona também informação a respeito dos que melhor conhecem a comunidade e o que é viver ali. Veja-se, na figura que se segue, a parte final do instrumento de levantamento de dados para o DLS (cf. Figura 12).

## PARTE E: PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

5.1. Diga há quantos anos habita na sua atual área de residência:

- 3 Anos ou menos .....  1    7 a 9 Anos .....  3  
4 a 6 Anos .....  2    10 Anos ou mais .....  4

5.2. Refira o que gostaria de ver melhorado na sua área de residência, no sentido de que tivesse mais qualidade de vida (Faça uma lista por ordem de importância, colocando na linha 1 a medida que lhe parece mais importante e prosseguindo até à linha 5, onde colocará a medida que lhe parece menos importante):

\_\_\_\_\_ 1  
\_\_\_\_\_ 2  
\_\_\_\_\_ 3  
\_\_\_\_\_ 4  
\_\_\_\_\_ 5

5.3. Refira o que gostaria de ver melhorado na sua área de residência, no sentido de que houvesse mais segurança (Faça uma lista por ordem de importância, colocando na linha 1 a medida que lhe parece mais importante e prosseguindo até à linha 5, onde colocará a medida que lhe parece menos importante):

\_\_\_\_\_ 1  
\_\_\_\_\_ 2  
\_\_\_\_\_ 3  
\_\_\_\_\_ 4  
\_\_\_\_\_ 5

5.4. Diga se estaria disposto a colaborar no sentido de que houvesse mais segurança na sua área de residência (escolha apenas uma opção de resposta):

- Sempre .....  1    Quase Nunca .....  3    Não Sabe .....  5  
Quase Sempre .....  2    Nunca .....  4

5.4.a. Se respondeu sempre ou quase sempre, especifique de que forma: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.4.a. Se respondeu quase nunca ou nunca, explique porquê: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.5. Diga qual a força da sua ligação ao local onde vive (escolha apenas uma opção de resposta):

- Muito forte .....  1    Pouco Forte .....  3  
Forte .....  2    Nada Forte .....  4

4.5.1. Explique a sua opção de resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

FIGURA 12. Informação relativa ao envolvimento comunitário - Inquérito de levantamento de informações para o DLS.

Com este conjunto de informações, é possível fazer-se um movimento de aproximação às populações e aos membros das diferentes comunidades que vivem os problemas que ali se encontram. Não bastando aceder aos números encontrados nos registos oficiais, parece ser o DLS que nos poderá fornecer as taxas não oficializadas, a forma como as ocorrências são interpretadas, a vitimação sofrida e as suas consequências, as condições mais lamentadas e as mais ambicionadas pelas populações locais, não esquecendo como tais populações percecionam a polícia e o seu trabalho.

Por isso, e a propósito da construção deste instrumento, houve necessidade de o utilizar para analisar uma comunidade problemática da cidade do Porto, num estudo que se passa a apresentar de seguida.



PARTE 2

**Diagnóstico Local de Segurança  
numa Comunidade Portuguesa**



## **2.1. O Estudo. Contextualização**

A Freguesia da Sé, onde se realizou este estudo, encontra-se situada na zona baixa da cidade do Porto apresentando uma área de 0.48 Km<sup>2</sup> e integrando a zona histórica da cidade. Trata-se de uma das áreas citadinas que, após décadas de abandono, acabou por se converter num centro cujos espaços físicos denotam algumas particularidades que remetem para a importância histórica daquela zona citadina e, simultaneamente, para a degradação a que se foi sujeitando ao longo do tempo. A área geográfica da Sé conta com uma população de 6890 residentes, integra cerca de uma dezena de coletividades, sociais, culturais, desportivas e recreativas, para além de diversos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até ao superior, tendo também cerca de duas centenas de estabelecimentos comerciais.

Uma vez apresentada a área sobre a qual incidirá a pesquisa, é chegado o momento de expor os objetivos do estudo. Assim, a investigação visou a obtenção de um conhecimento mais profundo das características da população daquela zona urbana, bem como da sua perceção de segurança/insegurança, das experiências de vitimação ali sofridas, da análise dos meios formais de controlo social que ali operam e da forma como aquela população percebe essa atuação, para além de se pretender captar o envolvimento dos que ali vivem, trabalham e estudam, relativamente à comunidade.

## **2.2. Procedimento**

Terminado o processo de elaboração do questionário descrito na primeira parte deste livro, passou-se à sua administração, levada a cabo por um grupo de alunos do mestrado de Psicologia Jurídica da Universidade Fernando Pessoa, no ano letivo de 2010/2011. A equipa responsável pela administração dos questionários foi previamente instruída e treinada, a fim de que se verificasse a máxima homogeneidade na abordagem aos inquiridos e na administração do instrumento. Nesse processo houve ainda o cuidado de esclarecer todos os participantes quanto aos objetivos do estudo e em relação aos fins a que se destinavam as informações prestadas, tendo ficado bem clara a garantia de anonimato e de confidencialidade, bem como a não obrigatoriedade de participação na pesquisa.

A equipa percorreu a zona da Sé, administrando questionários ao longo das ruas, largos e avenidas, tendo obtido informações de indivíduos provenientes de diversas zonas.

## **2.3. Caracterização dos Inquiridos**

Foram inquiridos, no total, 244 indivíduos de ambos os sexos (cf. Quadro 1), com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, sendo a média etária de 37.5 anos, com um desvio padrão de 20.15. A distribuição por categorias etárias é reveladora de uma

amostra bem distribuída entre a população jovem adulta (40.6%) e adulta (54.1%), sendo que 5.3% dos participantes optaram por não mencionar a sua idade, não sendo possível por isso definir o respetivo escalão etário (cf. Quadro 2). Os dados obtidos revelam a existência de valores múltiplos de Moda (referencia o valor mais frequente na amostra numa dada variável), apresentando-se a idade dos 18 anos como o valor de Moda mais baixo.

<b>Sexo</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	91	37.3
Feminino	153	62.7
Total / n	244	100

QUADRO 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

<b>Idade</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 16 aos 24	99	40.6
Dos 25 aos 34	21	8.6
Dos 35 aos 44	24	9.8
Dos 45 aos 54	30	12.3
Dos 55 aos 64	25	10.2
Mais de 65 anos	32	13.1
Total	231	94.7
Omissões	13	5.3
n	244	100

QUADRO 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo são todos residentes, trabalhadores e/ou estudantes na Freguesia da Sé, tratando-se maioritariamente de indivíduos de nacionalidade portuguesa (96.7%), havendo também uma percentagem muito reduzida (3.2%) de indivíduos de outras nacionalidades (cf. Quadro 3).

<b>Nacionalidade</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Portuguesa	236	96.7
Brasil	3	1.2
Angola	1	0.4
S. Tomé e Príncipe	1	0.4
Bélgica	1	0.4
Ucrânia	1	0.4
Paquistão	1	0.4
Total / n	244	100

QUADRO 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

Os dados revelam que a amostra inclui predominantemente pessoas solteiras (52%), seguindo-se o grupo dos casados ou que vivem em união de facto (36.5%). Cerca de 11.5% dos participantes são divorciados/separados e viúvos (cf. Quadro 4).

<b>Estado civil</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Solteiro	127	52.0
Casado/União de facto	89	36.5
Divorciado/Separado	11	4.5
Viúvo	17	7.0
Total / n	244	100

QUADRO 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos habilitacionais, a amostra caracteriza-se por possuir mais de 50% dos indivíduos com, pelo menos, a escolaridade obrigatória, tendo 34.4% dos sujeitos, ainda, escolaridade entre o 10<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup> anos e 8.6% terem formação graduada ou pós-graduada (cf. Quadro 5).

<b>Escolaridade</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Analfabeto	5	2.0
Do 1º ao 4º Anos	61	25.0
Do 5º ao 6º Anos	12	4.9
Do 7º ao 9º Anos	61	25.0
Do 10º ao 12º Anos	84	34.4
Superior	20	8.2
Outra (Mestrado)	1	0.4
Total / n	244	100

QUADRO 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

No que diz respeito à questão residencial (cf. Quadro 6), a generalidade dos indivíduos refere viver numa casa (46.3%), sendo que a restante percentagem dos sujeitos diz habitar um apartamento (34.8%) e 9.8% referem “outra”, tendo sido especificado por 7% desses, o morarem em instituição. Contudo 9% dos indivíduos preferiu não indicar o tipo de residência, sendo que dos 244 participantes, cerca de um terço da amostra (33.2%) não indica a rua onde reside. Esta variável tem apenas interesse em termos de definição da localização geográfica da amostra, face ao âmbito de recolha do inquérito.

<b>Tipo de habitação</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Apartamento	85	34.8
Casa	113	46.3
Outro	24	9.8
Total	222	91.0
Omissões	22	9.0
n	244	100

QUADRO 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.

Nesta amostra existe um predomínio de indivíduos ativos (80.4%), sejam eles trabalhadores em diversas áreas ou estudantes de vários níveis de ensino (cf. Quadro 7). A grande maioria dos sujeitos trabalhadores enquadra-se no comércio (19.3%), outros não exibem profissão ou área de trabalho diferenciada (15.6%), havendo ainda 6.1% da amostra que se exerce atividade de limpeza.

<b>Situação ocupacional</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estudante	98	40.2
Trabalhador	98	40.2
Desempregado	19	7.8
Reformado	28	11.5
Total	243	96.6
Omissões	1	0.4
n	244	100

QUADRO 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.

Em termos de organização familiar a maioria dos indivíduos (88.8%) reside acompanhado, constituindo esta, geralmente, uma organização familiar nuclear de origem e/ou com familiares diretos, à exceção de 7% desses participantes que residem com amigos ou pares. Vivendo isoladamente encontram-se 11.1% dos sujeitos, existindo apenas 0.8% que não responderam a esta questão (cf. Quadro 8).

<b>Vive só ou acompanhado</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	27	11.1
Acompanhado	215	88.1
Total	242	99.2
Omissões	2	0.8
n	244	100

QUADRO 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.

## 2.4. Resultados

Uma vez que o questionário se constitui de cinco partes, os resultados serão apresentados para cada uma delas, separadamente.

### 2.4.1. Percepção de Segurança / Insegurança

Conforme foi referido na introdução deste livro, a percepção das populações, relativamente à segurança/insegurança, revela-se uma componente essencial ao conhecimento das áreas urbanas que se evidenciam como problemáticas. Por isso, passa-se à apresentação dessas informações.

As representações dos participantes quanto à (in)segurança na área geográfica em estudo caracterizam-se maioritariamente pelo sentimento de segurança (67.2%), em contrariedade com a insegurança sentida por 30.3% dos sujeitos (cf. Quadro 9).

Considera que vive numa área segura?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	164	67.2
Não	74	30.3
Total	238	97.5
Omissões	6	2.5
n	244	100

QUADRO 9. Percepção de (in)segurança.

Os argumentos que sustentam a percepção de segurança (cf. Quadro 10) dos sujeitos prendem-se maioritariamente com a experiência pessoal, mais propriamente o facto de nunca terem sido vítimas, nessa área geográfica em concreto, de algum tipo de situação de perigo (e.g., “*Nunca me senti ameaçado, não vi nada de grave*”; “*Nunca se meteram comigo*”; “*Não consta que haja problemas*”), o que é sustentado por 35.7% do total da amostra. Dessa percentagem total parcial deve ser referido ainda a construção de segurança atendendo à percepção de controlo social formal (e.g., “*Presença de policiamento*”; “*Pois tem muita polícia*”; “*Local vigiado*”), pois este facto é referido por 6.6% dos participantes, constituindo a segunda razão mais apontada.

<b>SIM - considera ser uma área segura porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/observação	87	35.7
Controlo social formal	16	6.6
Limitada a moradores/conhecidos	9	3.7
Por comparação com outras áreas	3	1.2
Controlo social informal	3	1.2
Total parcial	118	48.4
<b>NÃO - considera ser uma área insegura porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Presença de crime / perigo	19	7.8
Escassez/limitação de policiamento	15	6.1
Tráfico/consumo de drogas	13	5.3
Degradação ambiental	7	2.9
Experiência/observação	6	2.5
Predominantemente nocturna	4	1.6
Total parcial	64	26.2
Omissões	62	25.4
n	244	100

QUADRO 10. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

A percepção de insegurança sentida (cf. Quadro 10) por 30.3% da amostra, mas justificada por 26.2% dos sujeitos, está necessariamente associada a existência de fenómenos criminais (e.g., “*Todos os dias nos deparamos com criminalidade*”; “*Vários assaltos a carros*”; “*Nesta zona assaltam tudo*”) e/ou perigo (e.g., “*Há sempre distúrbios e barulho*”; “*Muito perigosa*”; “*Parecem as favelas do Brasil*”), assim como, e em particular, ao fenómeno da droga (e.g., “*Só ressacados e droga*”; “*Muita droga e assaltos*”; “*Há assaltos, contrabando e droga*”). Estas duas categorias juntas correspondem a metade das justificações apontadas para a insegurança, correspondendo a 13.1% do total amostral. Importa ainda referir quanto à percepção de insegurança que, embora em percentagem menor, 6.1% referem a escassez e/ou limitação no policiamento como um dos determinantes para o sentimento de insegurança experienciado, colocando esta categoria em segundo lugar no conjunto das razões para a insegurança percebida.

No que diz respeito à percepção sobre a evolução da criminalidade, 68% dos participantes considera que houve um acréscimo do fenómeno, perante 29.5% dos sujeitos que acham que não houve crescimento no crime (cf. Quadros 11 e 12).

<b>Parece-lhe que a criminalidade tem aumentado?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	166	68.0
Não	72	29.5
Total	243	97.5
Omissões	6	2.5
n	244	100

QUADRO 11. Percepção da evolução da criminalidade.

<b>SIM - A criminalidade tem aumentado porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Problemas económicos / desemprego	41	16.8
Ocorrência de roubos / assaltos	25	10.2
Mediatização	18	7.4
Ineficácia da polícia / legislação	16	6.6
Presença de muitos problemas / conflitos	8	3.3
Ocorrência de tráfico / consumo de drogas	6	2.5
Total parcial	114	46.8
<b>NÃO - a criminalidade não tem aumentado porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/Observação	28	11.5
Controlo social formal	3	1.2
Crime limitado a tráfico /consumo de drogas	1	0.4
Total parcial	32	13.1
Omissões	98	40.2
n	244	100

QUADRO 12. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.

Um número considerável de indivíduos (40.2%) não justifica a sua opinião sobre a evolução da criminalidade. Dos 46.8% dos indivíduos que justificam o aumento da criminalidade, 16.8% atribui-a a problemas económicos e desemprego que atingem as populações (e.g., “*Devido à crise*”; “*Falta de emprego*”; “*Falta de dinheiro ou rendimento*”) (cf. Quadro 12). Assoma-se a isso a verificação de mais crimes para 10.2% dos participantes (e.g., “*Há menos segurança e vejo mais crimes*”; “*Há muitos criminosos*”; “*Há boatos de roubos e assaltos*”; “*Já fui assaltado*”). Importa referir que 7.4% dos sujeitos da amostra constroem essa percepção sobre o aumento do crime pela mediatização de incidentes criminais (e.g., “*Pelo que se ouve nas notícias*”; “*Cada vez se ouve mais sobre aumento da criminalidade*”; “*Aparece nos noticiários*”). Uma menor percentagem sustenta na ineficácia do sistema (legislação; estruturas) a razão para o aumento do crime (e.g., “*Leis mais brandas*”; “*Ineficácia da polícia*”).

Em contrapartida para 13.1% dos indivíduos a criminalidade tem-se mantido ou mesmo diminuído (cf. Quadro 12), sendo esta percepção construída com base na experiência pessoal (e.g., “*Nunca soube de nenhum caso*”; “*Não posso queixar-me*”; “*Aqui na área não*”). Apenas 1.2% destes refere que poderá estar relacionado com o controlo social formal (e.g., “*São zonas controladas*”). Há ainda quem refira que esse aumento não existiu, o que se verifica é que “*São é mais descarados a vender e a comprar droga*”.

Quanto à tipologia de crimes destacam-se o furto/roubo (61.1%), o tráfico de drogas (56.8%) e o assalto a estabelecimento comercial (42.2%) como os referidos por mais participantes como ocorrendo naquela área da cidade. Temos ainda referenciado por 29.9% da amostra os crimes de agressão física, por 28.7% dos sujeitos, o crime de assalto a residência e por 22.1% os danos a espaços/equipamentos públicos. Com percentagem menor, não obstante a importância de cada um, são apontados outros crimes (cf. Quadro 13).

<b>Crimes que mais frequentemente ocorrem na área</b>			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto / Roubo	149	61.1	244
Tráfico de drogas	141	56.8	
Assalto a estabelecimento comercial	103	42.2	
Agressão física	73	29.9	
Assalto a residência	70	28.7	
Danos a espaços / equipamentos públicos	54	22.1	
Burla	36	14.8	
Crimes rodoviários	36	14.8	
Violência doméstica contra / entre menores	25	10.2	
Assalto sexual	22	9.0	
Violência doméstica contra / entre cônjuges	20	8.2	
Tráfico de armas	18	7.4	
Violência doméstica contra / entre idosos	16	6.6	
Omissões	11	4.5	

QUADRO 13. Percepção dos crimes mais praticados.

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes (cf. Quadro 14), destacam-se os crimes de furto/roubo (58.6%), o assalto a residência (49.2), a agressão física (43.4%), o tráfico de drogas (41%) e o assalto a estabelecimento comercial (34%).

<b>Crimes mais temidos, naquela área da cidade</b>			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto / Roubo	143	58.6	244
Assalto a residência	120	49.2	
Agressão física	106	43.4	
Tráfico de drogas	100	41.0	
Assalto a estabelecimento comercial	83	34.0	
Assalto sexual	45	18.4	
Violência doméstica contra / entre menores	40	16.4	
Tráfico de armas	35	14.3	
Burla	34	13.9	
Crimes rodoviários	20	8.2	
Danos a espaços / equipamentos públicos	19	7.8	
Violência doméstica contra / entre cônjuges	15	6.1	
Violência doméstica contra /entre idosos	12	4.9	
Omissões	13	5.3	

QUADRO 14. Percepção dos crimes mais temidos.

O consumo de drogas/álcool foi a condição considerada como favorecedora do crime (cf. Quadro 15) por mais indivíduos (74.2%), logo seguida da pobreza/desemprego, referida por 67.2% das pessoas. Em terceiro e quarto lugar, encontra-se o policiamento deficitário e a existência de conflitos e delinquência juvenil, com 35.7% e 34.8% respetivamente, na listagem de condições favorecedoras da criminalidade. Há ainda um conjunto de outros aspetos muito ligados ao ambiente físico (e.g., má iluminação; ausência de espaços verdes/de lazer; maus arruamentos) e social (e.g., reduzido movimento à noite; presença de pessoas estranhas) que são sinalizadas pelos indivíduos da amostra com percentagem entre os 14.8 e os 23.8%. Os problemas familiares são apontados por 19.3% dos indivíduos. Por fim, são identificadas outras condições associadas à atuação perante o crime, como sejam a pouca severidade para com os ofensores e a incapacidade de atuação dos agentes de autoridade, que registam respetivamente 13.5% e 11.1%.

<b>Condições apontadas como favorecedoras do crime</b>			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Consumo de drogas/álcool	181	74.2	244
Pobreza/Desemprego	164	67.2	
Policimento deficitário	87	35.7	
Conflitos e delinquência juvenil	85	34.8	
Má iluminação pública	58	23.8	
Reduzido movimento durante a noite	52	21.3	
Presença de pessoas estranhas	51	20.9	
Problemas familiares	47	19.3	
Ausência de espaços verdes / de lazer	38	15.6	
Maus acessos / arruamentos	36	14.8	
Pouca severidade para com os ofensores	33	13.5	
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	27	11.1	
Omissões	10	4.1	

QUADRO 15. Condições favorecedoras do crime.

Os participantes registaram, para a área geográfica em estudo, a ocorrência de incivildades (cf. Quadro 16), sendo a mais frequentemente apontada o dispersar de lixo pela rua (51.6%). A danificação de equipamentos públicos (48%) e o estacionamento caótico (43.9%) constam também entre as incivildades mais apontadas pelos indivíduos desta amostra. A violação das regras de trânsito (20.1%) e o furto/danificação de sinalização (18.9%) aparecem também entre os registos de incivildades nessa zona urbana.

<b>Incidências identificadas pelos residentes</b>			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Dispersar lixo pela rua	126	51.6	244
Danificar equipamentos públicos	117	48.0	
Estacionar de forma caótica	107	43.9	
Violar regras de trânsito	49	20.1	
Furtar/Danificar sinalização (de trânsito e de informação)	46	18.9	
Omissões	49	20.1	

QUADRO 16. Incidências identificadas.

## 2.4.2. Vitimação

A vitimação, decorrente dos índices de violência que prevalecem em certas áreas citadinas, e ocupa um lugar insubstituível no campo dos diagnósticos de segurança, pelo que se seguem os resultados relacionados com essas situações.

Assim, esta é a parte em que se procura apurar quantos sujeitos terão sido vítimas de crime e quantos sabem de familiares que, também no período dos últimos 5 anos, tenham sido alvo de algum crime. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto e/ou queixa às autoridades e quais as medidas tomadas pelos agentes de controlo social.

<b>Nos últimos 5 anos, foi vítima de crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	41	16.8
Não	203	83.2
Total	244	100

QUADRO 17. Vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Do total dos inquiridos, 16.8% revelou ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Quadro 17). Todos os restantes afirmaram não ter sofrido qualquer crime, não tendo havido qualquer omissão de resposta a esta questão.

Os quadros seguintes ilustram o tipo de crime de que alguns inquiridos foram vítimas, bem como alguns pormenores dessas situações de vitimação. Importa frisar que as respostas a seguir apresentadas são respeitantes apenas ao conjunto dos sujeitos que responderam afirmativamente à questão anterior, muito embora os valores percentuais apresentados tenham como base de incidência o total da amostra. Para os 203 inquiridos (83.2%) que afirmaram não ter sido alvo de qualquer crime, os itens seguintes não são aplicáveis.

<b>Crime de que foi vítima?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assalto	16	6.6
Assalto (residência / estabelecimento / viatura)	5	2.1
Ofensa sexual	5	2.1
Roubo	3	1.2
Agressão física	3	1.2
Burla	2	0.8
Violência verbal	2	0.8
Violência conjugal	1	0.4
Violência interparental	1	0.4
Furto	1	0.4
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>16.0</b>
Omissões	2	0.8
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

QUADRO 18. Tipologia de crimes para a vitimação.

No que aos crimes sofridos diz respeito (cf. Quadro 18), o assalto foi o mais representativo, revelado por 6.6% de vítimas, logo seguido do assalto a residência, viatura ou estabelecimento comercial, denunciado por 2.1% dos sujeitos. Essa foi também a percentagem de inquiridos a sofrer de ofensa sexual e, destaque-se, uma dessas vítimas

foi alvo de violação. À exceção dos 83.2% de sujeitos não vítimas de crime e dos 0.8% de indivíduos que, tendo sido vítimas, não especificaram o crime que os vitimou, os restantes (16%) admitem ter sido vítimas de diversos tipos de crime, entre eles crimes geralmente subrepresentados nas estatísticas oficiais e que por norma surgem incluídos nas cifras negras.

Quanto às consequências sofridas pelas vítimas de crime (cf. Quadro 19), constatou-se que o dano mais frequentemente apontado foi o prejuízo material (5.3%), existindo outras categorias referentes a outros danos, como o trauma psicológico (3.7%) e os ferimentos (1.2%). Importa salientar que as consequências da vitimação não são indissociáveis entre si, pelo que em diversos casos, dependente de certo tipo de crime existem vários danos referenciados.

<b>Danos sofridos pelas vítimas?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prejuízos materiais	13	5.3
Trauma psicológico	9	3.7
Prejuízos materiais e Trauma psicológico	5	2.0
Ferimentos	3	1.2
Ferimentos e Trauma psicológico	2	0.8
Prejuízos materiais e Ferimentos	2	0.8
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>13.8</b>
Omissões	7	2.9
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 19. Consequências da vitimação.

A particularidade de um inquérito de vitimação (ou de um que inclua entre as suas dimensões de análise esta questão) é a possibilidade de identificarmos com alguma proximidade à realidade criminal, algumas das características associadas à ocorrência do evento criminal, sendo estes os aspetos que se retratam de seguida.

<b>Em que altura ocorreu o crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	22	9.0
Noite	17	7.0
Não sabe	2	0.8
Total	41	16.8
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 20. Período do dia de ocorrência dos crimes.

Relativamente ao período do dia (cf. Quadro 20), os participantes com experiência de vitimação (16.8%) referem que os crimes ocorreram sobretudo de dia (9%). O período noturno foi indicado por 7% das vítimas, havendo ainda duas delas que não sabem precisar em que altura se deu o crime.

<b>Local em que ocorreu o crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	28	11.5
Em casa	3	1.2
Outro local: Estabelecimento	9	3.7
Local de trabalho	1	0.4
Total	41	16.8
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 21. Local de ocorrência do crime.

Como pode ver-se, o local onde ocorreu o crime (cf. Quadro 21) foi predominantemente na rua (11,5%), seguido dos 4,1% de sujeitos que assinalaram outro local, como o estabelecimento comercial (3,7%) e o local de trabalho (0,4%). O domicílio foi também assinalado por 1,2% dos sujeitos com experiência de vitimação criminal.

Por altura da ocorrência 9% dos inquiridos encontrava-se só, enquanto 5.8% estava acompanhado e 2% não sabe se estava acompanhado ou não quando se deu o crime de que foram alvo (cf. Quadro 22).

<b>Nessa altura encontrava-se?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	22	9.0
Acompanhado	14	5.8
Não sabe	5	2.0
Total	41	16.8
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 22. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada.

No que diz respeito à variável relação ofensor – vítima, os dados (cf. Quadro 23) revelam que para 3.3% dos inquiridos o agressor era conhecido, ao contrário do que foi revelado por 10.2%, para quem o ofensor era estranho. Para 3.3% dos sujeitos não foi possível averiguar esta questão.

<b>O ofensor era:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conhecido	8	3.3
Estranho	25	10.2
Não sabe	8	3.3
Total	41	16.8
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 23. Relação ofensor - vítima.

Uma vez especificadas as particularidades da ocorrência, era chegado o momento de apurar os aspetos relacionados com o contacto com as autoridades e a respetiva atuação (cf. Quadro 24).

<b>Contactou as autoridades?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	25	10.2
Não	15	6.1
Total	40	16.3
Omissões	1	0.4
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 24. Contacto com as autoridades.

Como se pode verificar (cf. Quadro 24), 10.2% dos inquiridos contactaram as autoridades, ao contrário dos 6.1% que não o fizeram. Vejam-se, de seguida, os motivos pelos quais alguns sujeitos contactaram as autoridades, contrariamente ao que fizeram outros inquiridos.

<b>Sim - contactou as autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vale a pena	12	4.9
Confia	4	1.6
Outro: Pela seguradora	3	1.2
Pedido de apoio	1	0.4
Total parcial	20	8.1
<b>Não - não contactou as autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	11	4.5
Por medo	2	0.8
Por falta de tempo	2	0.8
Total parcial	15	6.1
Omissões	6	2.6
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

Quadro 25. Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades.

Em relação aos motivos pelos quais alguns dos sujeitos contactaram as autoridades (cf. Quadro 25), participando os crimes de que foram vítimas, destaca-se o facto de considerarem que vale a pena, em 4.9% e o facto de confiarem, em 1.6% dos inquiridos. Outros motivos foram apontados, tais como o ter de haver contacto com as autoridades para se acionar o seguro (1.2%) e a necessidade da vítima carecer de apoio das autoridades imediatamente após a ocorrência (0.4%).

No respeitante aos motivos que levaram a que algumas das vítimas não contactassem os agentes de segurança (cf. Quadro 25), 4.5% considerou que não vale a pena fazê-lo, 0.8% não o fez por medo de possíveis represálias e 0.8% alegou falta de tempo. Omitem a resposta a este item 2.6% dos participantes.

Dos inquiridos, apenas 7.4% optou por formalizar a queixa junto das autoridades, ao contrário dos 8.2% que decidiu não fazê-lo (cf. Quadro 26). Três dos participantes (1.2%) não respondem a esta questão.

<b>Formalizou oficialmente a queixa?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	18	7.4
Não	20	8.2
Total	38	15.6
Omissões	3	1.2
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 26. Formalização da queixa.

Quanto aos motivos subjacentes àquelas decisões dos que haviam sido vítimas de crime, vejam-se os resultados apresentados de seguida.

<b>Sim - formalizou a queixa porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
É um dever	7	2.9
Vale a pena	3	1.2
Pela seguradora	3	1.2
Aquando da hospitalização	1	0.4
Total parcial	14	5.7
<b>Não - não formalizou a queixa porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	11	4.5
Por medo	2	0.8
Por falta de tempo	1	0.4
Ofensor conhecido	1	0.4
Total parcial	15	6.1
Omissões	12	4.9
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 27. Motivos subjacentes à formalização da queixa.

A formalização oficial da queixa junto das autoridades foi justificada por diferentes motivos (cf. Quadro 27), como tratar-se de um dever (2.9%), valer a pena ou por questões associadas à seguradora, com 1.2% de sujeitos a alegar cada um dos motivos, e ainda pela necessidade de hospitalização decorrente da ocorrência (0.4%).

Já em relação aos que decidiram não formalizar oficialmente a queixa (cf. Quadro 27). Os motivos apresentados passaram pela ideia de que não vale a pena (4.5%), pelo medo de possíveis represálias por parte do ofensor (0.8%), pela falta de tempo (0.4%) ou pelo facto de o ofensor ser conhecido (0.4%).

Como resultado das participações às autoridades, verificaram-se algumas medidas que foram tomadas e a respeito das quais os inquiridos tiveram oportunidade de se manifestar.

<b>Quais as medidas tomadas pelas autoridades?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Registo de ocorrência	5	2.0
Observação do local/Investigação	4	1.6
Desconhece	2	0.8
Colheita de impressões digitais	1	0.4
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>4.8</b>
Nenhuma	3	1.2
Omissões	26	10.7
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 28. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades.

Entre as medidas percebidas como tomadas pelas autoridades (cf. Quadro 28), destacam-se o registo de ocorrência revelado por 2% dos indivíduos, seguido da observação do local/investigação referida por 1.6%. Atente-se aos 1.2% que alegaram que as autoridades não tomaram qualquer medida (e.g., “*Não fazem nada*”).

Quanto ao grau de satisfação com as medidas tomadas (cf. Quadro 29), dos 14 sujeitos que referiram ter formalizado a queixa junto das autoridades, 6 destes (2.5% da amostra) manifestou-se satisfeita, ao passo que 5 indivíduos (2%) evidenciaram insatisfação. Os restantes 3 que não justificam a sua resposta juntam-se ao total de omissões.

<b>Ficou satisfeito com essas medidas?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	6	2.5
Não	5	2.0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>4.5</b>
Omissões	30	12.3
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 29. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades.

As razões apontadas para a satisfação/insatisfação dos inquiridos em relação às medidas tomadas pelas autoridades, foram outros dos elementos avaliados.

<b>Sim - satisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Resolução da situação	2	0.8
Aumento de vigilância no local	1	0.4
Aumento da sensação de segurança	1	0.4
Total parcial	4	1.6
<b>Não - insatisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ausência de respostas	4	1.6
Resposta tardia	1	0.4
Total parcial	5	2.0
Omissões	32	13.2
Não aplicável	203	83.2
n	244	100

QUADRO 30. Motivos de satisfação/insatisfação com as medidas tomadas pelas autoridades.

Assim, a satisfação/insatisfação revelada pelos inquiridos quanto às medidas tomadas (cf. Quadro 30), destaca-se a referência à resolução da situação apontada por 1.6% dos sujeitos que se manifestaram satisfeitos, para além do aumento da sensação de segurança e da vigilância do local, ambas as razões referidas por 0.4% de sujeitos.

Já os que se manifestaram claramente insatisfeitos (cf. Quadro 30) apontaram a ausência de respostas (1.6%) como motivo (e.g., “*Não fazem nada*”) e o facto de a resposta ter surgido tardiamente (0.4%).

Vejam-se, de seguida, os resultados obtidos para esta parte da vitimação, mas agora em relação a situações de familiares que tenham sido alvo de crime. No que diz respeito aos inquiridos com pessoas próximas que terão sido vítimas de crime nos últimos 5 anos (cf. Quadro 31), 20.1% revelou essa ocorrência, opostamente aos 79.9% que negou ter havido situação de vitimação entre as pessoas das suas relações.

<b>Nos últimos 5 anos, algum familiar seu foi vítima de crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	49	20.1
Não	195	79.9
Total	244	100

QUADRO 31. Vítimas de crime nos últimos 5 anos (alguém próximo).

É de salientar que, nesta parte da vitimação, 195 indivíduos (79.9%) afirmaram não ter nenhum familiar que tivesse sido alvo de crime, pelo que as questões a seguir tratadas não são aplicáveis a esses sujeitos. Em todo caso, o valor percentual das respostas é apresentado atendendo ao total da população amostral.

<b>Crime de que foi vítima o familiar?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assalto	22	9.0
Assalto (residência/ viatura)	6	2.4
Agressão física	9	3.7
Roubo	3	1.2
Burla	1	0.4
Violência doméstica	4	1.6
Furto	2	0.8
Total	47	19.2
Omissões	2	0.8
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

Quadro 32. Tipologia de crimes para a vitimação (alguém próximo).

Assim, no que se refere aos crimes de que terão sido vítimas as pessoas próximas de alguns dos inquiridos (cf. Quadro 32), o assalto foi o crime mais frequente, com uma percentagem de 9% de sujeitos a referi-lo, logo seguido do assalto a residência ou a viatura, denunciado por 2.4% dos inquiridos de estudo.

<b>Danos sofridos pelas vítimas?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prejuízos materiais	19	7.8
Trauma psicológico	11	4.5
Prejuízos materiais e Trauma psicológico	4	1.6
Ferimentos	5	2.0
Ferimentos e Trauma psicológico	6	2.5
Ferimentos, Trauma psicológico e Prejuízos materiais	1	0.4
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>18.8</b>
Omissões	3	1.3
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

QUADRO 33. Consequências da vitimação (alguém próximo).

No que aos danos sofridos diz respeito (cf. Quadro 33), os prejuízos materiais apresentam-se como os mais frequentes, com 7.8% das respostas, logo seguidos do trauma psicológico apontado por 4.5% dos inquiridos. Excetuando os 1.3% de omissões, os restantes sujeitos distribuíram-se por ferimentos, e por diferentes constelações de ferimentos, trauma psicológico e prejuízos materiais.

<b>Em que altura ocorreu o crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	19	7.9
Noite	15	6.1
Não sabe	15	6.1
Total	49	20.1
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

**QUADRO 34.** Período do dia de ocorrência dos crimes (alguém próximo).

O período do dia em que ocorreram os crimes de que foram vítimas as pessoas próximas de alguns dos inquiridos (cf. Quadro 34), foi predominantemente de dia, para 7.9%, durante a noite para 6.1% e outros 6.1% não souberam precisar a altura da ocorrência.

<b>Local em que ocorreu o crime?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	28	11.5
Em casa	12	4.9
Outro local: Local de trabalho	3	1.3
Metro	1	0.4
Supermercado	1	0.4
Viatura	1	0.4
Estabelecimento	1	0.4
Total	47	19.3
Omissões	2	0.8
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

**QUADRO 35.** Local de ocorrência do crime (alguém próximo).

Quanto ao local onde se verificou a ocorrência (cf. Quadro 35), é possível constatar o predomínio das situações de vitimação vividas na rua, revelado por 11.5% dos inquiridos, ao contrário do que aconteceu com 4.9% que confirmou ter sido alvo de crime no próprio domicílio. À exceção dos 0.8% de sujeitos que se absteve de precisar o local, todos os restantes responderam de forma diversa, distribuindo-se por outros locais.

<b>Nessa altura a vítima encontrava-se?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	23	9.4
Acompanhado	18	7.4
Não sabe	8	3.3
Total	49	20.1
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 36. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada (alguém próximo).

No respeitante à situação em que se encontrava a vítima no momento do crime (cf. Quadro 36), pode confirmar-se que 9.4% afirmou encontrar-se só, por oposição aos 7.4% de inquiridos que referiu estar acompanhado. Para 8 dos inquiridos (3.3%) não foi possível afirmar, por desconhecimento, em que situação é que se encontrava na altura do crime.

<b>O ofensor era:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conhecido	11	4.5
Estranho	26	10.7
Não sabe	12	4.9
Total	49	20.1
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 37. Relação ofensor - vítima (alguém próximo).

Já no que concerne à situação do ofensor relativamente à vítima (cf. Quadro 37), para 10.7% dos sujeitos o executor do crime era estranho, enquanto 4.5% confirma que se tratava de alguém conhecido.

<b>A vítima contactou as autoridades?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	21	8.6
Não	22	9.0
Total	43	17.6
Omissões	6	2.5
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 38. Contacto com as autoridades (alguém próximo).

As respostas à questão relativa ao eventual contacto com as autoridades, por ocasião da ocorrência do crime (cf. Quadro 38) repartiram-se de forma muito aproximada entre o sim (8.6%) e o não (9%), tendo havido indivíduos (2.5%) que omitiram essa informação, a respeito da vitimação sofrida pelas pessoas próximas.

Os motivos subjacentes à decisão da vítima contactar as autoridades (cf. Quadro 39), passaram pelo argumento de que vale a pena (4.1%), pela confiança nos agentes de segurança (2.5%) ou pela necessidade de alertarem as respetivas companhias de seguros (0.8%).

Já os que negaram que os seus familiares tivessem contactado as autoridades, fundamentaram essa decisão alegando não valer a pena (5.3%), referindo que a vítima teria medo de eventuais represálias por parte do ofensor (1.2%) ou apontando a falta de tempo por parte do familiar atingido (0.4%). Uma percentagem considerável de inquiridos (5.7%) omitiu a resposta a esta questão.

<b>Sim - a vítima contactou as autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vale a pena	10	4.1
Confia	6	2.5
Outro: Pela seguradora	2	0.8
Total parcial	18	7.4
<b>Não - a vítima não contactou as autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	13	5.3
Por medo	3	1.2
Por falta de tempo	1	0.4
Total parcial	17	6.9
Omissões	14	5.7
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

**QUADRO 39.** Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades (alguém próximo).

Relativamente à formalização de queixa por parte das vítimas (cf. Quadro 40), pode constatar-se que houve uma frequência igual (6.1%) de sujeitos a afirmar e a negar essa formalização. No entanto, uma percentagem ainda maior (7.8%) não soube dar essa informação.

<b>Formalizou oficialmente a queixa?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	15	6.1
Não	15	6.1
Não sabe	19	7.8
Total	49	20.0
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 40. Formalização da queixa (alguém próximo).

Procurou-se, então, apurar a percepção das medidas tomadas pelas autoridades (cf. Quadro 41), por parte daqueles cujos familiares tinham procedido a uma formalização da queixa. Assim, o registo de ocorrência e a observação/investigação foram as medidas apontadas, cada uma, por 0.8%. Excetuando aqueles que omitiram a resposta (13.1%) e os que alegaram desconhecimento em relação a tais medidas (0.4%), verificou-se que 4.9% afirmou não terem sido tomadas quaisquer iniciativas (e.g., “*Não estão para se chatear*”; “*A polícia não intervém*”).

<b>Quais as medidas tomadas pelas autoridades?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Registo de ocorrência	2	0.8
Observação do local/Investigação	2	0.8
Desconhece	1	0.4
Total	5	2.0
Nenhuma	12	4.9
Omissões	32	13.1
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 41. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades (alguém próximo).

Na seqüência da percepção de medidas tomadas, tornou-se relevante averiguar a respeito da satisfação com essas iniciativas (cf. Quadro 42). Ao contrário dos muitos sujeitos (23.9%) que omitiram a resposta a esta questão, outros (4.1%) confirmaram que a vítima se mostrou insatisfeita, e 2% afirmou ter havido satisfação por parte da vítima em relação às medidas tomadas pelos agentes de segurança.

<b>A vítima ficou satisfeita com essas medidas?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	5	2.0
Não	10	4.1
Total	15	6.1
Omissões	34	23.9
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 42. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (alguém próximo).

Vejam-se os motivos subjacentes à satisfação/insatisfação das vítimas, segundo a percepção dos inquiridos. Assim, no que se refere à forma como os inquiridos procuraram fundamentar a satisfação/insatisfação do familiar que foi vítima de crime, face às medidas adotadas pelas autoridades (cf. Quadro 43), à exceção dos muitos inquiridos que omitiram a resposta (16.5%), verificou-se que 1.2% referiu que a resolução da situação estaria na origem da eventual satisfação com as medidas tomadas, enquanto a insatisfação foi fundamentada com a ausência de respostas por 1.2% (e.g., “*Não trataram de nada*”), e igual frequência de sujeitos apontou a resposta condicionada como motivo de insatisfação (e.g., “*Não se apanhou o criminoso*”; “*Não se resolveu a situação*”).

<b>Sim - satisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Resolução da situação	3	1.2
Total parcial	3	1.2
<b>Não - insatisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ausência de respostas	3	1.2
Resposta condicionada	3	1.2
Total parcial	6	2.4
Omissões	40	16.5
Não aplicável	195	79.9
n	244	100

QUADRO 43. Motivos subjacentes à (in)satisfação com as medidas tomadas (alguém próximo).

### 2.4.3. Controlo Social

O conhecimento de como são percecionadas as medidas e ações dos agentes de segurança pública é determinante, para que se capturem aspetos associados à perceção de segurança por parte das populações, bem como à criminalidade presente em determinadas zonas urbanas. Assim sendo, apresentam-se os resultados obtidos em termos de controlo social.

As questões relacionadas com o controlo social remetem para a perceção das populações locais, relativamente aos agentes de controlo social formal e à respetiva atuação em prol da segurança local. No que diz respeito à forma como é percebida a atuação dos agentes de autoridade, um grande número de indivíduos (43.4%) considera que os agentes fazem, sempre ou quase sempre, tudo para garantir a segurança. Por oposição, uma percentagem também considerável de sujeitos (44.7%) entende que os agentes quase nunca, ou nunca, fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade. (cf. Quadro 44).

**Considera que os agentes de autoridade fazem tudo para garantir segurança?**

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	22	9.0
Quase sempre	84	34.4
Quase nunca	82	33.6
Nunca	27	11.1
Total	215	88.1
Não sabe	13	5.3
Omissões	16	6.6
n	244	100

QUADRO 44. Perceção da ação dos agentes de autoridade.

**Sempre ou quase sempre - considera que os agentes fazem tudo para garantir a segurança porque:**

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Esforço, com limitação de condições	31	12.7
Disponibilidade de apoio	12	4.9
Suficiente policiamento	10	4.1
Total parcial	53	21.7

**Quase nunca ou nunca - não considera que os agentes fazem tudo para garantir a segurança porque:**

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Défice/Limitação de policiamento	56	23.0
Ineficácia do controlo social formal	39	16.0
Existência de corrupção/degradação	9	3.7
Total parcial	104	42.7
Omissões	87	35.7
n	244	100

QUADRO 45. Fundamentação da perceção da ação dos agentes de autoridade.

Os argumentos que sustentam a percepção de que os agentes fazem tudo para garantir a segurança, sempre ou quase sempre (cf. Quadro 45) relacionam-se, em 12.7% dos inquiridos, com o esforço desenvolvido pela polícia, embora seja referido que as condições existentes impõem limitações aos próprios agentes. Mais especificamente, são apontadas limitações inerentes aos meios disponíveis e ao facto de os agentes nem sempre se encontrarem no local em que possam ocorrer irregularidades (e.g., “A polícia não tem meios”; “Nem sempre estão na hora certa”; “Deviam andar também durante a noite”). Acrescente-se que 4.9% dos sujeitos refere que os agentes fazem tudo pela segurança por apresentarem disponibilidade e apoio (e.g., “Estão sempre prontos a ajudar”) e, 4.1% alega policiamento suficiente (e.g., “Sinto a presença da polícia”; “Andam sempre por cá”).

Já para os que consideram que os agentes nunca, ou quase nunca, fazem tudo para garantir segurança (cf. Quadro 45), uma percentagem de 23% apontou défice/limitação de policiamento, enquanto 16% referiu ineficácia do controlo social formal (e.g., “Não fazem nada”; “Raramente intervêm”; “Demoram a aparecer”). Dos restantes a apontar razões para essa percepção de que os agentes não fazem tudo pela segurança, 3.7% mencionou a existência de corrupção/degradação (e.g., “Desleixaram-se”; “Só fazem o que lhes convém”). Note-se que, dos 88.1% de inquiridos que respondeu claramente à questão sobre se os agentes faziam tudo para garantir a segurança, apenas 157 (64.3%) dos sujeitos apresentou uma razão para a sua resposta.

Já no respeitante à questão sobre a satisfação dos inquiridos em relação à atuação dos agentes de autoridade, pode constatar-se (cf. Quadro 46) que 30.7% respondeu estar muito satisfeito e apenas 9% revelou estar satisfeito. Opostamente, 31.6% demonstrou reduzida satisfação e, mais precisamente 16.8% afirmou não estar nada satisfeito.

<b>Indique o grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito satisfeito	22	9.0
Satisfeito	75	30.7
Pouco satisfeito	77	31.6
Nada satisfeito	41	16.8
Total	215	88.1
Não sabe	16	6.6
Omissões	13	5.3
n	244	100

QUADRO 46. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Quanto às justificações para o grau de satisfação com a atuação dos agentes de autoridade (cf. Quadro 47), verificou-se que 8.2% dos inquiridos referiu estar satisfeito, ou muito satisfeito, por considerar que os agentes davam as respostas que lhes eram possíveis (e.g., “*Fazem o que podem*”; “*Atuam mas é insuficiente*”), enquanto 7.4% apelou à disponibilidade/prontidão das respostas policiais (e.g., “*Respondem imediatamente*”; “*Agem de forma eficaz e célere*”).

Já os inquiridos que se consideraram pouco ou nada satisfeitos com a atuação da polícia (cf. Quadro 47), apresentaram variadas explicações para a sua insatisfação, destacando-se os 20.9% que apontaram a escassez/limitação de policiamento, e os 7.8% que alegaram inércia/ineficácia dos agentes (e.g., “*Não fazem nada*”; “*Andam de mãos nos bolsos*”). É de referir que 47.1% dos sujeitos se absteve de apontar quaisquer motivos.

<b>Muito satisfeito ou satisfeito - em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Respostas possíveis	20	8.2
Disponibilidade / Prontidão de respostas	18	7.4
Função dos recursos disponíveis	7	2.9
Total parcial	45	18.5
<b>Pouco satisfeito ou nada satisfeito - em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Escassez / Limitação de policiamento	51	20.9
Inércia / Ineficácia	19	7.8
Actuação tardia	6	2.5
Avaliação negativa / depreciativa por comparação	4	1.6
Actuação reactiva	2	0.8
Actuação por conveniência	1	0.4
Formação/Experiência deficiente	1	0.4
Total parcial	84	34.4
Omissões	115	47.1
n	244	100

QUADRO 47. Fundamentação (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Quando questionados a respeito da frequência com que recorreriam ao apoio de vizinhos (cf. Quadro 48), em situação de dificuldade, uma percentagem de 40.2% dos sujeitos respondeu que nunca e 20.5% retorquiu quase nunca. Pelo contrário, 12.7% afirmou que recorreria sempre e 10.7% respondeu quase sempre.

<b>Com que frequência recorre à ajuda de vizinhos?</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	31	12.7
Quase sempre	26	10.7
Quase nunca	50	20.5
Nunca	98	40.2
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>84.1</b>
Não sabe	15	6.1
Omissões	24	9.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

**QUADRO 48.** Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.

<b>Sempre ou quase sempre - recorre à ajuda dos vizinhos porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Existência de solidariedade / apoio / confiança	30	12.3
(Apenas) por necessidade	3	1.2
Preferível ao apelo a polícia / outras instâncias	2	0.8
Total parcial	35	14.3
<b>Quase nunca ou nunca - recorre à ajuda dos vizinhos porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inexistência de necessidade	54	22.1
Isolamento	11	4.5
Apelo preferencial a outras instâncias	7	2.9
Evitamento do incômodo dos outros	5	2.0
Evitamento de proximidade	4	1.6
Inexistência de solidariedade / apoio / confiança	3	1.2
Medo	1	0.4
Total parcial	85	34.7
Omissões	124	50.8
n	244	100

QUADRO 49. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.

Na questão que concerne ao recurso a apoio dos vizinhos em caso de necessidade (cf. Quadro 49), os inquiridos que referiram apelar a essa ajuda sempre ou quase sempre, e que justificaram a sua resposta através da existência de solidariedade/apoio/confiança, constituíram 12.3% do total (e.g., “*Todos se conhecem*”; “*Há boa vizinhança*”; “*Tenho confiança nas pessoas daqui*”), enquanto 1.2% mencionou fazê-lo apenas por necessidade e 0.8% considerou esse recurso melhor do que a polícia ou outras instâncias (e.g., “*É melhor do que a polícia*”).

Quanto aos que responderam não recorrer quase nunca ou nunca à ajuda dos vizinhos (cf. Quadro 49), destaquem-se os 22.1% que alegaram não ter essa necessidade. Os restantes apresentaram variadas explicações, como o isolamento em 4.1% (e.g., “*Não tenho ninguém*”), o apelo preferencial a outras instâncias em 2.9% (e.g., “*Chamaria antes a polícia*”; “*Recorro a Deus*”), o evitamento do incômodo dos outros em 2% e o evitamento de proximidade relativamente aos vizinhos em 1.6% (e.g., “*Moro aqui mas não me meto em problemas*”; “*Não dou confiança*”), sendo que houve ainda quem alegasse a ausência de solidariedade/apoio/confiança (e.g., “*Aqui não há apoios*”) ou o medo de recorrer aos vizinhos.

Relativamente ao recurso à ajuda de entidades locais de apoio (cf. Quadro 50), quase metade dos inquiridos (48.4%) respondeu nunca apelar a esses serviços e 17.2% disse que quase nunca o fazia. Apenas 9.8% dos sujeitos referiu fazê-lo quase sempre e 3.7% afirmou fazê-lo sempre.

<b>Com que frequência recorre à ajuda de entidades locais de apoio?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	9	3.7
Quase sempre	24	9.8
Quase nunca	42	17.2
Nunca	118	48.4
Total	193	79.1
Não sabe	15	6.1
Omissões	36	14.8
n	244	100

QUADRO 50. Frequência do recurso a entidades locais de apoio.

<b>Sempre ou quase sempre - recorre à ajuda de entidades locais de apoio porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Apenas e sempre por necessidade	11	4.5
Existência/Acessibilidade de apoios	5	2.0
Eficácia de respostas	3	1.2
Total parcial	19	7.7
<b>Quase nunca ou NUNCA - recorre à ajuda de entidades locais de apoio porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inexistência de necessidade	71	29.1
Inexistência/Inacessibilidade/Desconhecimento de apoios	14	5.7
Evitamento de exposição desagradável/negativa	2	0.8
Total parcial	87	35.6
Omissões	138	56.6
n	244	100

QUADRO 51. Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.

Ainda a respeito do possível apelo a entidades locais de apoio, entre os sujeitos que referiram recorrer a essa ajuda sempre ou quase sempre, houve 4.5% que alegou que o fazia apenas e sempre por necessidade (cf. Quadro 51), enquanto 2% justificou a sua resposta com a existência/acessibilidade a tais entidades (e.g., “São acessíveis”) e 1.2% referiu a eficácia de respostas como fundamento para o recurso a esses serviços (e.g., “Se os chamamos são competentes”; “Confio na polícia”).

Opostamente, 29.1% dos inquiridos referiu a inexistência de necessidade de apelar a tais instâncias, pelo que quase nunca ou nunca recorria àquelas e para 5.7% dos sujeitos a inexistência/inacessibilidade/desconhecimento de apoios era o motivo pelo qual não solicitava ajuda a quaisquer entidades (e.g., “Não conheço esses apoios”; “Não são acessíveis”).

## 2.4.4. Participação Comunitária

Participação e envolvimento comunitários são aspetos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de fornecerem informação a respeito do possível compromisso, da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança.

Por isso, esta parte começa por procurar saber há quanto tempo os inquiridos ali residem, trabalham ou estudam para, ao longo desta última parte do inquérito, se procurar focalizar as questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

Constatou-se que mais de metade dos inquiridos (62.3%) está ligado àquela área urbana há 10 anos ou mais, seguindo-se os 27.9% daqueles que ali têm ligações há 3 anos ou menos. Excetuando os 2.9% de sujeitos que omitiram esta informação, todos os restantes se repartem entre os 3 e os 10 anos naquela comunidade (cf. Quadro 52).

<b>Anos de residência</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
3 Anos ou menos	68	27.9
4 a 6 Anos	9	3.7
7 a 9 Anos	8	3.3
10 Anos ou mais	152	62.3
Total	237	97.2
Omissões	7	2.9
n	244	100

QUADRO 52. Tempo de permanência na comunidade.

## Aspetos a mudar para melhorar a qualidade de vida naquela área

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Reabilitação urbana	71	29.1	244
Mais policiamento / segurança	64	26.2	
Mais espaços verdes / lazer	45	18.4	
Mais iluminação	37	15.2	
Menos poluição sonora e ambiental	36	14.8	
Prevenção criminal / droga	17	7.0	
Mais estacionamento	12	4.9	
Mais população / turistas / movimento	11	4.5	
Mais serviços / Apoio social	11	4.5	
Mais transportes	8	3.3	
Mais comércio	7	2.9	
Mais postos de trabalho	7	2.9	
Mais educação rodoviária	4	1.6	
Educação / Civismo	4	1.6	
Menos prostituição	4	1.6	
Omissões	38	15.6	

QUADRO 53. Perceção das mudanças para melhoria da qualidade de vida.

Relativamente ao que os inquiridos consideraram que seriam mudanças a implementar para que ocorresse uma melhoria da qualidade de vida naquela área da cidade (cf. Quadro 53), um número considerável (29.1%) apontou a necessidade de reabilitação urbana, designadamente a melhoria das habitações, e 26.2% considerou que deveria haver mais policiamento/segurança. A criação de espaços verdes/lazer foi outra das medidas, referida por 18.4% dos inquiridos. Os restantes sujeitos foram apontando as diversas mudanças que constam do quadro, à exceção de 15.6% dos indivíduos, que se absteve de referir qualquer tipo de mudança.

Já no que se refere às mudanças sugeridas pelos inquiridos, para que houvesse mais segurança (cf. Quadro 54), vejam-se os resultados que se seguem.

<b>Aspetos a mudar para aumentar a segurança naquela área</b>			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Mais policiamento / segurança	150	61.5	244
Prevenção criminal / droga	25	10.2	
Mais iluminação	13	5.3	
Reabilitação urbana	9	3.7	
Mais população / turistas / movimento	3	1.2	
Omissões	84	34.4	

QUADRO 54. Percepção das mudanças para aumento de segurança.

Para um elevado número de inquiridos (61.5%), a existência de mais policiamento/segurança consiste na medida que deveria ser tomada para aumentar a segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 54). Já 10.2% dos sujeitos consideraram a necessidade de prevenção criminal/droga, e 5.3% entendeu que a presença de mais iluminação seria uma das medidas a tomar. Os restantes inquiridos alegaram a reabilitação urbana e a existência de mais população/turistas/movimento, para além dos 34.4% de sujeitos que não mencionaram qualquer mudança em prol do aumento de segurança.

Quando questionados a respeito da sua disposição para colaborar para o aumento de segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 55), 68.5% dos sujeitos responderam que estariam sempre ou quase sempre dispostos a cooperar, enquanto 8.2% afirmou não estar nessa disposição, quase nunca ou nunca.

<b>Estaria disposto a colaborar no sentido de que houvesse mais segurança?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	138	56.6
Quase sempre	29	11.9
Quase nunca	8	3.3
Nunca	12	4.9
Total	187	76.7
Não sabe	30	12.3
Omissões	27	11.1
n	244	100

QUADRO 55. Disposição para colaborar no sentido da maior segurança.

<b>Sempre ou quase sempre - disposto a colaborar porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Alertando para algo suspeito	64	26.2
Como fosse necessário	27	11.1
Patrulhamentos/Milícias populares	1	0.4
Total parcial	92	37.7
<b>quase nunca ou nunca- disposto a colaborar porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sem tempo/saúde/capacidade	7	2.9
É o trabalho das autoridades	4	1.6
Medo	3	1.2
Total parcial	14	5.7
Omissões	138	56.6
n	244	100

QUADRO 56. Fundamentação da disposição para colaborar no sentido da maior segurança.

Em termos da fundamentação para a disposição em cooperar no sentido de que houvesse mais segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 56), os inquiridos omitiram a resposta numa percentagem muito elevada (56.6%). Não obstante, entre os que estariam nessa disposição, sempre ou quase sempre, encontram-se os que referiram que poderiam alertar sempre que percebessem algo suspeito, em 26.2% do total de sujeitos, enquanto 11.1% fariam o que fosse necessário e apenas 0.4% disseram que deveriam organizar-se milícias populares.

Já os que afirmaram não estar nessa disposição quase nunca ou nunca (cf. Quadro 56), alegaram falta de tempo/saúde/capacidade para tanto (2.9%), referiram ser o trabalho das autoridades (1.6%) ou o medo de que tal colaboração lhes causasse problemas (1.2%).

No respeitante à questão sobre a maior ou menor ligação de cada um dos inquiridos, relativamente àquela zona da cidade (cf. Quadro 57), constatou-se que uma percentagem considerável (34%) manifestou uma ligação forte, logo seguida dos 28.3% de sujeitos que evidenciou uma ligação muito forte à comunidade. À exceção destes e dos 3.3% que omitiram essa informação, os restantes revelaram sentir-se pouco ou nada ligados à sua comunidade de pertença.

<b>Qual a força da sua ligação a esta comunidade?</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito forte	69	28.3
Forte	83	34.0
Pouco forte	51	20.9
Nada forte	33	13.5
Total	236	96.7
Omissões	8	3.3
n	244	100

QUADRO 57. Sentimento de pertença à comunidade.

<b>Muito forte ou forte - ligação à comunidade porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Gosto / Orgulho pela comunidade	52	21.3
Reside há muito tempo	32	13.1
Nasceu / Cresceu na comunidade	19	7.8
Ligação apesar de drogas / crime	2	0.8
Total parcial	105	43.0
<b>Pouco forte ou nada forte - ligação à comunidade porque:</b>		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Reside há pouco tempo	12	4.9
Desconfiança das pessoas	11	4.5
Más condições / presença de problemas	10	4.1
Ligação apenas por necessidade	9	3.7
Total parcial	42	17.2
Omissões	97	39.8
n	244	100

QUADRO 58. Fundamentação do sentimento de pertença à comunidade.

Entre as explicações dadas pelos inquiridos, quanto ao facto de sentirem uma ligação (cf. Quadro 58) muito forte ou forte àquela comunidade, destaque-se o gosto e/orgulho na sua área de pertença, apontado por 21.3% dos sujeitos. Outros argumentos fundamentaram a ligação das pessoas àquela zona da cidade, como o facto de ali residirem há muito (13.1%) ou por terem ali nascido e crescido (7.8%).

Quanto aos que revelaram ter uma ligação pouco ou nada forte (cf. Quadro 58), distribuíram-se por diferentes tipos de explicação, como o facto de ali residirem há pouco (4.9%), a sensação de desconfiança relativamente às pessoas daquela área, mencionada por 4.5% dos inquiridos, a presença de más condições/problemas apontada por 4.1% dos indivíduos e o argumento de que apenas ali se encontravam por necessidade, sustentado por 3.7% dos que participaram neste inquérito.

## 2.5. Análise Reflexiva

Enfim, parece ser chegado o momento de analisar os resultados obtidos, apelando a outras pesquisas e a diferentes pontos de vista. Por isso, esta parte do trabalho debruça-se sobre a discussão dos resultados acabados de expor.

Muito embora se tenha evidenciado o predomínio de uma percepção de segurança, a verdade é que também ficou evidente que uma considerável proporção de inquiridos, quase 1/3, referiu a presença de sentimentos de insegurança.

Obviamente, tais percepções estarão associadas às taxas de ocorrência de crime em algumas áreas urbanas, como foi referido por Neme (2005). Aliás, em termos dos fundamentos para a percepção de insegurança, constatou-se que um número razoável de sujeitos fundamentou a sua resposta com base na presença crime/perigo ou apoiados na presença de tráfico/consumo de drogas, a que se aliou o argumento de escassez/limitação de policiamento. Ora, de acordo com Leite (2005), a presença de violência, insegurança e medo é claramente associada ao elevado número de crimes, como o tráfico/consumo de drogas, que ocorre em certas zonas específicas das cidades.

Assim, facilmente se depreende que, embora não maioritariamente, há uma fatia não desprezável de sujeitos que percebem aquela área da cidade como sendo fustigada por crimes, como o tráfico de drogas, e por perigos, de que faz parte o consumo de substâncias, pelo que esses indivíduos se inscrevem entre os que apresentam uma percepção de insegurança relativamente ao espaço urbano onde se movem.

É ainda de salientar que, apesar de haver uma maior percentagem de inquiridos a apresentar uma percepção de segurança da área urbana em que se move, também se constata que 68% deles refere que a criminalidade tem vindo a aumentar. A respeito dessa questão, um número considerável de sujeitos fundamenta essa sua percepção de aumento da criminalidade com fatores que se prendem com o desemprego ombreado

com os problemas económicos, como referiram Lemos, Filho e Jorge (2005), bem como com a ocorrência de roubos/assaltos.

Note-se que, também esta questão do aumento da criminalidade, tal como a forma como essa ideia é fundamentada, remete para a presença de uma percepção de insegurança que, naturalmente e segundo Eckert (2002), tem impacto na vida das pessoas que se movimentam diariamente nessas áreas citadinas. Por outro lado, também se revela preocupante um outro argumento utilizado por perto de 7% dos sujeitos para justificarem a ideia do aumento da criminalidade. O que aqui se pretende referir é a justificação que coloca a tónica na ineficácia da polícia/legislação. Este argumento impõe que se relembrem as questões colocadas aquando da definição de uma necessária mudança de paradigma em termos de atuação policial. Mais especificamente, recordem-se os apelos de Cusson (2000) à necessidade de um conhecimento mais profundo, por parte dos agentes policiais, em relação às áreas urbanas pelas quais são responsáveis e, logicamente, à ideia de uma nova filosofia de policiamento tão claramente apresentada pela Community Oriented Policing Services (2009), e em que se destaca o recurso sistemático a parcerias e a técnicas de resolução de problemas numa postura de proatividade, com vista à criação de condições para a segurança das populações, face ao crime, ao medo e às desordens sociais.

No que se refere aos tipos de crime que os inquiridos apontaram como mais frequentes na sua comunidade, são de salientar não só a grande diversidade de crimes referidos, como também a incidência de referências a furto/roubo e a tráfico de drogas, ambas as categorias mencionadas por mais de metade dos sujeitos. Ao que parece, há um predomínio do delito de carácter aquisitivo, a par do fenómeno das drogas, pelo que se pode colocar a possibilidade de se verificar uma estreita associação droga/crime, tão frequentemente apontada por diversos autores (Agra, 2002; Brochu, 2000; Otero, 1994).

Entre os crimes mais temidos, alguns dos delitos aquisitivos também ocupam um lugar cimeiro em termos percentuais e, a questão das drogas surge em quarto lugar, sendo mencionada por mais de 40% dos inquiridos. Aliás, o consumo de drogas/álcool surge como a primeira condição mais apontada pelos inquiridos como elemento favorecedor do crime.

No que diz respeito às situações de vitimação, os crimes mais sofridos por alguns dos inquiridos foram o assalto e a ofensa sexual, enquanto os crimes de que foram vítimas os familiares de alguns dos questionados incidiram predominantemente no assalto, logo seguido da agressão física. Assim, não só se retiram informações sobre as situações de vitimação, como se obtêm dados sobre a criminalidade, como bem referiu Seabra (2005) a propósito da importância dos inquiridos de vitimação. Quer na vitimação do próprio inquirido, quer na de familiares, o dia foi o período em que mais se verificaram as ocorrências. Um número razoável de vítimas contactou as autoridades, mas uma quantia não desprezável de sujeitos não o fez, alegando, predominantemente,

não valer a pena. Este tipo de justificação remete, mais uma vez, para a sensação de incapacidade, por parte do cidadão, em fazer valer os seus direitos, aliado ao sentimento de inutilidade de apelo às instâncias de controlo social formal, como bem referiu Silva (2010). Também na questão a respeito da formalização da queixa se percebe o mesmo, com mais sujeitos a negar essa formalidade, sendo que algumas das explicações para tal se prendem com o facto de o sujeito considerar não valer a pena.

Saliente-se que aqueles que prosseguiram com a queixa apresentam uma ideia muito vaga das medidas que terão sido tomadas, o que parece transmitir que, ou essas medidas foram percebidas como escassas pelos sujeitos, ou as vítimas não terão sido informadas a respeito das iniciativas que se foram desenvolvendo para a máxima reparação.

Aliás também na parte da vitimação de familiares de alguns dos inquiridos, se verificou que o contacto com as autoridades e a formalização da queixa foram negados por bastantes dos sujeitos, não havendo, também em relação à vitimação de pessoas próximas, uma descrição das medidas tomadas que indiciasse um conhecimento por menorizado dessas ações. Assim, pode afirmar-se que as situações de vitimação e a subsequente perceção da sua reparação não tendem a apoiar suficientemente a vítima, pelo que ainda contribuem mais para um sentimento de impunidade apontado por Silva (2010) e para uma crescente perceção de insegurança, pelo que se impõe uma abordagem de maior proximidade com permanente interação com as populações (Lisboa & Dias, 2008), sobretudo com aqueles que se confrontam com todos os malefícios de uma situação de vitimação.

Em relação à parte respeitante ao controlo social, e no que se refere à perceção da população quanto à ideia de que a polícia faz tudo pela garantia de segurança, verificou-se que uma grande percentagem referiu que isso acontece quase sempre mas, por outro lado, uma frequência também considerável dos inquiridos afirmou considerar que a polícia quase nunca faz tudo pela manutenção da segurança. Ora, aqui parece importante lembrar que, de acordo com Bayley (2006), a sociedade civil molda a polícia e é moldada por ela, pelo que importa ter sempre presente que se trata de uma relação de recíproca influência.

Relativamente aos argumentos usados para fundamentar a ideia de que a polícia quase nunca faz tudo pela segurança, foram encontradas bastantes respostas a atribuir essa opinião ao deficitário e limitado policiamento, bem como à ineficaz ação dos meios de controlo social formal. Então, também nesta comunidade parece emergir uma necessidade, e porque não dizê-lo, um imperativo de mudança em termos de policiamento, tal como tem vindo a ser preconizado por tantos, sobejamente citados neste livro (Jaquier, 2008; Lisboa & Dias, 2008; Skogan & Frydly, 2004). Por outro lado, algumas das verbalizações da população inquirida, a respeito da polícia e já exemplificadas na parte dos resultados, parecem transmitir a impressão de que não há uma perceção das forças de segurança como entidade que se rege pelos princípios apontados por Mentel (2008).

No entanto, quando questionados sobre a possibilidade de recurso ao apoio dos vizinhos, um grande número de inquiridos (60.7%) respondeu não o fazer, quase nunca ou nunca. Para explicar essas respostas, alguns dos inquiridos referiram preferir o recurso a outros apoios, designadamente, à polícia. Já no respeitante à questão do recurso a entidades locais de apoio, verificou-se que 65.6% dos sujeitos afirmou não recorrer a tais entidades quase nunca ou nunca, tendo havido muitas explicações para essa postura, que remetem para a inexistência de necessidade e para o desconhecimento/inacessibilidade de tais apoios.

Salientem-se, também aqui, algumas das verbalizações dos inquiridos, que foram apontadas como exemplos na parte dos resultados, e que parecem denunciar algum descrédito relativamente às entidades locais que podem prestar algum tipo de suporte social. Esta questão acaba por reforçar a ideia de uma comunidade em que não se encontram os elementos associados ao sentimento de comunidade, enquanto conceito que foi exposto por Ornelas (2008). Por isso, e para melhor se conhecer esta população, impôs-se uma análise ao sentimento de pertença em relação àquela área da cidade.

Em termos de participação comunitária, e no que se refere às medidas que os inquiridos mais associariam a uma maior qualidade de vida, a reabilitação de casas e dos espaços apresenta-se como a resposta mais frequente, logo seguida do aumento de policiamento que, neste estudo, parece ter sido uma constante nas respostas dos inquiridos. Esse apelo ao policiamento é repetido, sendo a resposta mais frequente para referir as medidas que contribuiriam para um aumento de segurança.

De salientar que mais de 60% dos sujeitos afirmou estar disposto a colaborar para que houvesse um aumento de segurança naquela área urbana, o que remete, pelo menos parcialmente, para a presença de vontade de participar, denunciando o sentimento de comunidade apontado por Omoto e Snyder (2002). No entanto, quando se atende às explicações dadas para tais respostas, parece não haver, por parte dos sujeitos, o conhecimento de como facultar tal ajuda. Isto poderá ser um indicador da necessidade de transmitir alguma informação às populações daquela área, a respeito do seu hipotético envolvimento comunitário. Por outro lado, também se verificou, em respostas anteriores, uma razoável percentagem de inquiridos que se recusava a solicitar ajuda, quer aos seus vizinhos, quer a entidades locais de apoio social. Ora, esta postura parece contradizer o que caracteriza o sentimento de comunidade apontado por diferentes autores (Davidson & Cotter, 1991; Omoto & Snyder, 2002) como um motor de bem-estar e de ajuda mútua.



Se algo afeta o nosso sentimento de insegurança é, sem dúvida, a constatação de que a criminalidade aumenta, seja por experiência pessoal, seja mediatizada e/ou indireta.

As razões podem ser até de cariz estrutural e longínquas, mas a sensação de instabilidade, fruto de incontestáveis mudanças sociais, gera ansiedade, desconfiança e uma reconstrução social e pessoal do risco associado ao meio.

As dimensões pessoal e social têm assim de ser consideradas na análise que fazemos do sentimento de insegurança das populações, daí a importância de se compreenderem aspetos da experiência individual (e.g. a vitimação pessoal ou de alguém próximo). É também fulcral englobar a vertente sociocultural e de identidade, explorando a perceção das ligações do sistema de controlo às populações e a ação destes sobre os fenómenos desviantes, bem como a participação e envolvimento comunitário de cada um.

Percebemos que não havia necessariamente uma correspondência direta entre a perceção quanto aos crimes mais frequentes na comunidade e os crimes que, segundo os participantes, seriam os mais temidos. Isto revela que o sentimento da insegurança das pessoas não se consubstancia necessária e unicamente na presença do crime, mas que outros aspetos devem ser tidos em consideração. A dimensão subjetiva que ressalta da proximidade, não apenas física, de invasão da nossa privacidade, de tomada dos nossos bens (Roché, 1993) ganha peso e remete para o ideário dos nossos receios. No entanto, não podemos descurar a (con)vivência quotidiana com determinadas formas criminais (e.g., furtos/roubos; tráfico de drogas) que podem influenciar a apreciação sobre a probabilidade de vitimação e favorecer uma representação pessoal de maior vulnerabilidade. Neste sentido, a sustentação do sentimento de insegurança não será também alheia à perceção construída de comunidade frágil ou fragilizada que, com o tempo, ganha novas regras e novos valores e que não reconhece, no controlo social, legitimidade para restabelecer a seguridade natural.

No espectro de problemas percecionados pela população desta área geográfica em estudo, além da pobreza/desemprego, estão sobretudo os fenómenos associados aos comportamentos aditivos, designadamente o tráfico de droga. Todavia, a convivência com o fenómeno parece ter atenuado alguns dos receios da população que mesmo considerando que os traficantes “*são é mais descarados a vender e a comprar droga*”, caracterizam a área geográfica da Sé como um local seguro, sustentada maioritariamente pela ausência de experiência pessoal de vitimação nesse contexto. O Policiamento surge referenciado quer por aqueles que classificam a área como segura, quer pelos que qualificam a área como insegura, pelo que embora por razões diferentes é atribuído ao controlo formal um papel fundamental na definição de risco.

As incivildades, que se referem segundo Jouenne (2006) a grosserias ou falta de civilidade e que denotam uma negligência de propriedade ou bons costumes não estão estreitamente associadas ao sentimento de insegurança, mas afetam o brio de uma comunidade e prejudicam indubitavelmente a vida social. A identificação expressiva de algumas incivildades (e.g., dispersar lixo para o chão; danificar equipamentos públicos, estacionamento caótico) não deixa margem para dúvidas quando

ao contributo que as mesmas têm tido na degradação da imagem desta zona urbana. Tal facto mostra a importância, embora relativa, de outros fatores na construção do sentimento de insegurança de uma comunidade.

Não basta conhecer a realidade criminal de uma comunidade, o impacto do crime na vida das pessoas ou desvendar as bases reais para a insegurança, mas há que a partir destas definições, traçar linhas orientadoras para ação que tenham como pano de fundo políticas públicas de segurança e a adequação da intervenção do Estado / Polícia. A recetividade dos inquiridos face ao estudo levado a cabo na área de convivência social foi surpreendente pela positiva e encarada com seriedade e expectativa. O desejo de mudança para a área urbana avaliada não se esgota no desejo de requalificação dos espaços, alguns deles visivelmente degradados e geradores de fenómenos desviantes, mas incluem a necessidade de aumentar a segurança na área classificada, constituindo o policiamento o fator primeiramente apontado como podendo produzir esse efeito. Neste sentido, o estreitamento das relações comunitárias entre este órgão de controlo social e a população residente numa das áreas mais problemática da cidade deve operar-se, encontrando eco nas representações dos cidadãos participantes neste estudo e que se representam eles próprios como agentes de mudança e, portanto, recetivos à participação comunitária.

Assim, em jeito de conclusão, é possível afirmar que os indivíduos que se movem naquela área da cidade, o fazem num dos vários contextos urbanos em que se torna imperativa uma intervenção. Efetivamente, os índices de criminalidade daquela zona, como em muitas outras áreas citadinas, parecem revelar-se mais elevados de acordo com a perceção das populações, pelo que se torna premente implementar medidas eficazes, quer em termos preventivos, quer ao nível corretivo. Evidentemente, as condições retratadas nesta comunidade são similares às de muitas outras áreas urbanas, mas é do reconhecimento do contexto e das suas especificidades, que se legitimam ações. Neste caso, é recomendada a adoção de estratégias programadas e aplicadas através do trabalho conjunto de equipas multidisciplinares, mediante a adoção de um postura de permanente interação entre os diferentes técnicos, a Polícia e outras instâncias como a Junta de Freguesia, a Escola, o Centro de Saúde e os Serviços de Ação Social. Além disso, verifica-se a necessidade de adaptar métodos integrados de análise, atendendo às boas práticas ilustradas pela avaliação comunitária, sem esquecer todos os procedimentos inerentes aos Diagnósticos Locais de Segurança.

O que efetivamente se revela imperativo é avaliar convenientemente para intervir adequadamente. Esse foi exatamente o propósito deste estudo, pelo que os resultados alcançados refletem a obrigatoriedade de apelar a um novo estilo de policiamento, que mantenha permanente ligações às comunidades e que coopere com os programas interventivos, sempre num registo de corresponsabilidade.



## Conclusão

Este livro começou por fazer referência à complexidade das sociedades atuais e aos desafios que se colocam, quer devido às drásticas e rápidas alterações que se têm verificado na forma de viver das pessoas, quer pelas consequências do processo de globalização. A estes aspetos devem ainda acrescentar-se os que se prendem com a crise que se atravessa, em termos sociais, económicos e financeiros, o que contribuirá ainda mais para a necessidade de se adaptarem os mecanismos de controlo social.

Foram também referidas as dificuldades das forças policiais se adaptarem às novas e cada vez mais difíceis exigências que se colocam aos que se dedicam a manter a ordem e a segurança. Por tudo quanto foi sendo apontado, foi sobejamente reforçada a ideia de que apenas com análises cientificamente fundamentadas se poderá fazer face a tais desafios, pelo que se impõe, cada vez mais, o estabelecimento de pontes comunicacionais entre as instituições responsáveis pelo controlo social formal e as que se dedicam à investigação científica nas áreas do crime, da vitimação e da segurança. Foi essa a preocupação subjacente à construção dos instrumentos aqui revelados e do estudo também aqui apresentado.

O desenvolvimento deste trabalho permite retirar algumas conclusões. Designadamente, a imperativa mudança de atitude por parte das forças policiais, num esforço de permanente adequação das suas modalidades de ação e das interações a estabelecer por essas instituições com as populações. Essa aproximação a um registo de mudança e de flexível adaptação, implica a constante monitorização do crime, com atenção voltada quer para os ofensores quer para as vítimas, sem que seja esquecida a vigilância das populações, das suas perceções e necessidades mais prementes. Se a tarefa se apresenta extraordinariamente difícil, não será menos verdade que pode ser perseguida através de análises regulares às diferentes comunidades e por via da periódica revisão de estratégias de intervenção e, sobretudo, de prevenção criminal, em função dos resultados encontrados em tais análises.

Impõe-se um novo paradigma, de aproximação, cooperação e rigor que apenas serão possíveis com apelo à avaliação constante de uma realidade em constante mudança.

the 1990s, the number of people in the UK who are aged 65 and over has increased from 10.5 million to 13.5 million, and the number of people aged 75 and over has increased from 4.5 million to 6.5 million (Office for National Statistics 2000).

There is a growing awareness of the need to address the needs of older people, and the UK Government has set out a strategy for the 21st century in the White Paper on *Ageing Better: Our Future as a Nation* (Department of Health 2000). This strategy is based on the principle of 'active ageing', which is defined as 'the process of optimising opportunities for health, participation in society and security in old age' (Department of Health 2000, p. 1).

The White Paper also sets out a number of key objectives for the 21st century, including: 'to ensure that older people are able to live independently, safely and comfortably in their own homes for as long as possible' (Department of Health 2000, p. 1). This objective is particularly important, as it is estimated that by 2020, 70% of older people will be living in their own homes (Office for National Statistics 2000).

In order to achieve these objectives, it is necessary to address the needs of older people in a number of areas, including: housing, health care, social care, and transport. This paper focuses on the need for accessible housing for older people, and the role of the local authority in providing such housing.

The local authority has a key role to play in providing accessible housing for older people, and this role is set out in the Housing Act 1996. The Act requires local authorities to provide a range of housing options for older people, including: sheltered housing, care homes, and accessible housing (Housing Act 1996, s. 66).

Accessible housing is defined as 'housing which is designed and built to meet the needs of older people, people with disabilities, and people with limited mobility' (Housing Act 1996, s. 66). This includes housing which is accessible to people with wheelchairs, and housing which has features such as ramps, handrails, and wide doorways.

The local authority has a duty to provide accessible housing for older people, and this duty is set out in the Housing Act 1996. The Act requires local authorities to provide a range of housing options for older people, including: sheltered housing, care homes, and accessible housing (Housing Act 1996, s. 66).

The local authority also has a duty to ensure that its housing is accessible to older people, and this duty is set out in the Housing Act 1996. The Act requires local authorities to ensure that their housing is accessible to people with wheelchairs, and that it has features such as ramps, handrails, and wide doorways (Housing Act 1996, s. 66).

## Referências Bibliográficas

- Alvarez, J. (2006). *Réalisation d'un diagnostic de sécurité trousse à l'intention des collectivités locales*. Québec: Centre International pour la Prévention de la Criminalité. Disponível em [http://www.crpspc.qc.ca/432-DiagnosticsLocauxSecurite\\_imprim%C3%A9.pdf](http://www.crpspc.qc.ca/432-DiagnosticsLocauxSecurite_imprim%C3%A9.pdf)
- Araújo, M. & Braga, R. (2008). Polícia comunitária: uma proposta democrática para a possível segurança pública. *De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, 11, 97-116.
- Bayley, D. (2006). *Padrões de policiamento* (2ª Ed.; R. Belmonte, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1985).
- Bayley, D. & Skolnick, J. (2001). Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas (J. Sousa, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).
- Bengochea, J., Guimarães, L., Gomes, M. & Abreu, S. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 119-131.
- Berger, R., Free, Jr., M. & Searles, P. (2001). *Crime, justice, and society. Criminology and the sociological imagination*. London: McGraw Hill.
- Brodeur, J. P. (2003). *Les visages de la police. Pratiques et perceptions*. Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal.
- Brown, B., & Benedict, W. R. (2002). Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 25(3), 543-580. DOI: 10.1108/13639510210437032
- Burnett, D. & Partner, G. (2011). Foreword. In L. Miller, K. Hess & C. Orthman (Eds.). *Community policing. Partnerships for problem solving*. New York: Delmar.
- Bushway, S. (2011). Labor markets and crime. In J. Wilson & J. Pattersilia (Eds.). *Crime and public policy* (pp. 183-209). Oxford: Oxford University Press.
- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2ª Ed.). São Paulo: EDUSP.
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Casey, L. (2008). *Engaging communities in fighting crime*. London: Cabinet Office. Disponível em [http://www.ourwatch.org.uk/uploads/general/Engaging\\_Communities\\_in\\_Fighting\\_Crime\\_-\\_Casey\\_Review\\_20\\_June\\_2008.pdf](http://www.ourwatch.org.uk/uploads/general/Engaging_Communities_in_Fighting_Crime_-_Casey_Review_20_June_2008.pdf)
- Cotta, F. (2005). A crise da modernidade e a insegurança social. *Mneme. Revista de humanidades*, 7(14). Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme14/140.pdf>

- Davidson, W. & Cotter, P. (1991). The relationship between sense of community and subject well-being: a first look (abstract). *Journal of Community Psychology*, 19, 246-253.
- Decker, S. (1981). Citizen attitudes toward the police – a review of past findings and suggestions for future policy. *Journal of Police Science and Administration*, 9(1), 80-87.
- Delattre, E. (2011). *Ethics in policing. Character and cops* (6ª Ed.). Washington: AEI Press.
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>
- Durão, S. (2011). Policiamiento y proximidad: experiencias en Portugal. *Serie Insyde en la Sociedad Civil*, 22. México: Instituto para la Seguridad y la Democracia
- Fischer, R. & Green, G. (2004). *Introduction to security* (7ª Ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.
- Garcia, J. (2006). Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *Educação Temática Digital*, 8(1), 10-32.
- Goff, C. & Geiss, G. (2011). Edwin H. Sutherland. The development of differential association theory. In F. Cullen, C. Jonson, A. Myer & F. Adler (Eds.). *The origins of american criminology* (pp. 17-37). New Jersey: Transaction.
- Gomes, C. (2005). Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 7(11), 57-68.
- Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2ª Ed.). Lisboa: Sílabo.
- Jargowsky, P. & Park, Y. (2008). Cause or consequence? Suburbanization and crime in U.S. metropolitan áreas. *Crime & Delinquency*, 55(1), 28-50.
- Jouenne, N. (2007). *Une certain jeunesse. Invivités et sentiment d'insecurité en milieu rural périurbain*. Monistrol sur Loir: Les Marche du Velay.
- Lane, R. (2003). Polícia urbana e crime na América do século XIX. In M. Tonry & N. Morris (Eds.). *Policiamento moderno* (J. Ghiretti, Trad.; pp. 11-64). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1992).
- Legrand, T. & Bronitt, S. (2012). Policing to a diferente beat: measuring police performance. In T. Prenzler (Ed.). *Policing and security in practice. Challenges and achievements* (pp. 1-19). New York: Palgrave Macmillan.
- Lemos, A., Filho, E. & Jorge, M. (2005). Um modelo para a análise socioeconómica da criminalidade no município de Aracaju. *Estudos Econômicos*, 35(3), 569-594.
- Maia, R. (2011). *Relatório final do projecto. Vivências e percepções sobre o trabalho e as condições de trabalho dos agentes da PSP*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2946/1/>

VIV%20O%20TRABALHO%20E%20AS%20CONDI%20DE%20TRABALHO%20DOS%20AGENTES%20DA%20PSP.pdf

- Mawby, R. (2000). Core policing: the seductive myth. In F. Leishman, B. Loveday & S. Savage (Eds.). *Core issues in policing* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 107-123). Harlow: Pearson.
- Mawby, R. (2011). Models of policing. In T. Newburn (Ed.). *Handbook of policing* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 17-46). New York: Willan.
- McMillan, D. & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Miller, L, Hess, K. & Orthmann, C. (2011). *Community policing: Partnerships for problem solving*. New York: Delmar Cengage Learning.
- Mladenka, K. & Hill, K. (1978). Distribution of urban police services. *Journal of Politics*, 40(1), 112-133.
- Monet, J-C. (2006). *Polícias e sociedades na Europa* (2<sup>a</sup> Ed.; M. Barros, Trad.). São Paulo: Edusp.
- Neto, P. (2004). Policiamento comunitário e prevenção do crime. A visão dos coronéis da polícia militar. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 103-110.
- Newburn, T. (2008). The future of policing. In T. Newburn (Ed.). *Handbook of policing* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 824-840). New York: Willan.
- Normandeau, A. (2002). Community policing in Canada: an evaluation for Montréal. In R. Silverman, T. Thornberry, B. Cohen & B. Krisberg (Eds.). *Crime and justice at millennium* (pp. 197-218). Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Nunes, L. (2010). *Crime e comportamentos criminosos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Omoto, A. & Snyder, M. (2002). Considerations of community. The context and process of volunteerism. *American Behavioral Scientist*, 45, 846-867. DOI: 10.1177/0002764202045005007
- Orr, M., & West, D. (2007). Citizen evaluations of local police. Personal Experience or Symbolic Attitudes? *Administration & Society*, 38(6), 649-668. DOI: 10.1177/0095399706293989.
- Picca, G. (2003). Crime organizado transnacional. *Revista Jurídica*, 7 (158), 12-15.
- Rawlings, P. (2011). Policing before the police. In T. Newburn (Ed.). *Handbook of policing* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 47-71). New York: Willan.
- Reiss, A. (2003). Organização da polícia no século XX. In M. Tonry & N. Morris (Eds.). *Policiamento moderno* (J. Ghirotti, Trad.; pp. 65-114). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1992).
- Roché, S. (2004). Introduction. Réformer la police et la sécurité. In S. Rocher (Ed.). *Réformer la police et la sécurité. Les nouvelles tendances em Europe et aux États-Unis* (pp. 7-38). Paris: Odile Jacob.

- Rosenfeld, R. (2011). Changing crime rates. In J. Wilson & J. Petersilia (Eds.). *Crime and public policy* (559-588). New York: Oxford University Press.
- Sampson, R. (1983). Structural density and criminal victimization. *Criminology*, 21(2), 279-293.
- Sampson, R. & Wilson, W. (1995). Toward a theory of race, crime, and urban inequality. In J. Hagan & R. Peterson (Eds.). *Crime and inequality* (pp. 37-54). Palo Alto: Stanford University Press.
- Sani, A. & Nunes, L. (2010). *Relatório de inquérito. Diagnóstico local de segurança na freguesia da Sé (Porto)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3313/1/Relat%C3%B3rio-Bairro%20da%20S%C3%A9%20\\_31.07.12\\_%20%5bpublica%C3%A7%C3%A3o%20online%5d.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3313/1/Relat%C3%B3rio-Bairro%20da%20S%C3%A9%20_31.07.12_%20%5bpublica%C3%A7%C3%A3o%20online%5d.pdf)
- Sani, A. & Matos, M. (1998). Crime: uma questão de oportunidade. *Infância e Juventude*, 3, 77-116.
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco. Estudo de jovens em reinserção*. Porto: ACIME.
- Silva, N. (2010). Cidadania e segurança: uma análise prospectiva. I *Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Para uma Estratégia de Segurança Nacional*. Lisboa: Centro de Congressos de Lisboa.
- Skolnick, J. & Bayley, D. (2006). *Policamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).
- United Nation Office on Drugs and Crime (2002). *Guidelines for the prevention of crime*. U.N. ECOSOC Resolution 2002/13.
- United Nation Office on Drugs and Crime (2008). *Strengthening prevention of urban crime: an integrated approach*. U.N. ECOSOC Resolution 2008/24.
- Villiers, P. (2009). *Police and policing: an introduction*. Hampshire: Waterside Press.
- Weber, M. (2005). *Conceitos sociológicos fundamentais* (3<sup>a</sup> Ed.; A. Mourão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado s/d).
- Williamson, T. (2000). Policing: the changing criminal justice context – twenty-five years of missed opportunities. In F. Leishman, B. Loveday & S. Savage (Eds.). *Core issues in policing* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 9-24). Harlow: Pearson.
- World Health Organization. (2012). *Violence prevention alliance global campaign for violence prevention: plan of action for 2012-2020*. Geneva: World Health Organization.
- Zimring, F. (2012). *The city that became safe. New York's lessons for urban crime and its control*. Oxford: Oxford University Press.
- Zouain, D. (2006). Policiamento comunitário: fator estratégico para implantação de polícia pública de segurança. *Alcance*, 13(3), 373-388.





edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA